



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201988100087	Distribuição: 25/01/2019
Número Único: 0000433-08.2019.8.25.0053	Competência: 2ª Vara Cível de Socorro
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Obrigações - Espécies de Contratos - Sistema Financeiro da Habitação - Seguro
- DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo - Seguro

Dados das Partes

Requerente: KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS
Endereço: AVENIDA "A-43"-PRÓXIMO AO COLÉGIO SÃO MIGUEL
Complemento:
Bairro: TAIÇOCA
Cidade: NOSSA SENHORA DO SOCORRO - Estado: SE - CEP: 49160000
Advogado: HEITOR SANTANA DA SILVA 7137/SE
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: Rua Senador Dantas
Complemento: (5º Andar)
Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20031205
Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

25/01/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201988100087, referente ao protocolo nº 20190125180604769, do dia 25/01/2019, às 18h06min, denominado Procedimento Comum, de Seguro, Seguro.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE.**

KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS, brasileira, solteira, auxiliar de produção, portadora do documento de RG nº. 3.714.030-2, inscrita no cadastro de pessoa física CPF nº. 057.773.735-00, nascida em 26/11/2017, residente e domiciliada na Rua 43, nº. 40, Marcos Freire III, Nossa Senhora do Socorro/SE, CEP 49160-000, por meio de seu advogado que está subscreve, vem, mui, respeitosamente, perante Vossa Excelência, propor

AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT

em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, bairro Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.031-205, pelos fundamentos de fato e direito a seguir expostos:

PRELIMINARMENTE

A) Da Justiça Gratuita.

Lei 1.060/50 assegura a assistência judiciária gratuita, compreendendo custas processuais e honorários advocatícios, a todos aqueles que não tiverem condições de arcar com as despesas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, bastando para tanto afirmar em Juízo esta condição, nos termos do seu artigo 4º.

Assim sendo, a Requerente afirma, sob as penas da lei, não ter condições financeiras para custear o acesso ao Poder Judiciário, momento em que junta aos autos comprovante de rendimentos, bem como, informa que o advogado subscritor desta exordial atua no presente processo como indicado, hipótese está admitida no artigo 5º, § 4º da mesma lei, que assegura tal direito ao autor.

Portanto, apresentando-se como direito fundamental assegurado constitucionalmente no artigo 5º, XXXV, requer que este Juízo conceda o benefício da assistência judiciária gratuita, garantindo assim o seu legítimo direito de acesso ao Poder Judiciário.

I- DOS FATOS

Segundo consta do BOAT - Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito - no dia 20 de maio de 2018, a Demandante transitava pela avenida Luiz Gonzaga, em Aracaju, em uma motocicleta Honda CG 150, placa policial QMB 6931, quando fora abalroada por um carro, modelo Ford Fusion FWD, cor branca, placa policial QKS 0050.

Relata o boletim de ocorrência de acidente de trânsito que, naquela noite os veículos transitavam pela via sentido leste/oeste, o carro pela faixa a esquerda e a motocicleta pela faixa direita, quando ao executar a transposição de faixa o veículo tipo carro veio a colidir com o veículo tipo motocicleta causando a queda do motoqueiro e o garupa, ora Requerente.

Ressalta-se que, Excelência, com a queda a Requerente fora encaminhada para o hospital pela SAMU, conforme se percebe do relatório de ocorrência juntado a essa petição.

É imperioso destacar que, com a queda a Requerente passou por um procedimento cirúrgico de urgência, **sendo-lhe amputado seu HALUX ESQUERDO, ou seja, um de seus dedos do pé esquerdo, conforme imagem em anexo.**

Outrossim, cumpre externar ainda que, devido os traumas decorrentes do acidente sofrido a Autora ficou impossibilitada de trabalhar durante o período de 60 (sessenta) dias.

Ocorre que, Magistrado, com a amputação de um dos seus dedos do pé a autora teve sua autoestima bastante abalada, tendo em vista possuir apenas 20 (vinte) anos de idade e não dispõem de condições financeiras suficientes para fazer uma cirurgia plástica de reconstrução do membro.

Diante disso, buscou administrativamente a justa indenização pelos danos sofridos em decorrência do acidente de trânsito. Assim, após todo o procedimento fora agraciada com a indenização administrativa no valor de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e quarenta reais).

Neste interim, tendo em vista o valor irrisório recebido, decidiu a Autora em ajuizar a presente ação visando complementar sua indenização nos termos da lei especial.

II- DO DIREITO

a) Do Amparo Legal.

O Autor tem sua pretensão respaldada na Lei nº6.194/74, que regula o pagamento das indenizações decorrentes de seguro obrigatório, conforme assevera o inciso II, do artigo 3º.

"Art. 3º -Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;" § 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando - se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei



Reis & Silva

ADVOGADOS ASSOCIADOS

nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos). I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos) II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo - se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos)

Portanto, Excelência, uma vez comprovadas as lesões sofridas pela Autora se faz necessário o pagamento da justa indenização pela Requerida.

É salutar que fique resguardado o direito da Autora ao pagamento integral no valor correspondente a invalidez permanente de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), tendo em vista as lesões sofridas por conta do acidente.

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte.

Ademais, a indenização deve ser paga mediante simples **PROVA DO ACIDENTE e do DANO DECORRENTE**, conforme elencado no art.5º §1º, da referida Lei:



Reis & Silva

Advogados Associados

"Art. 5º- O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. § 1º - A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos: a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; b) prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico - assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais. §2º- Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará. § 3º - Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecida diretamente pelo Instituto Médico Legal, independentemente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente. § 4º - Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar, relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora."

Nesse passo, a Terceira Turma Recursal Cível do Egrégio Tribunal de Justiça, já apreciou questão relativa à validade do laudo de exame de corpo de delito do Instituto Médico Legal que atesta invalidez permanente para o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório - DPVAT. A ementa do acórdão é a seguinte:

"f-SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. O laudo do IML comprova a invalidez permanente, laudo oficial, o que impõe a procedência da lide Valor de indenização em múltiplos de salários mínimos vigentes à época da liquidação do sinistro, na forma da Lei



Reis & Silva

Advogados Associados

6.194/74, art. 3º, alíneas 'a', e art. 5º, §1º, sendo manifestamente ilegal a resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados que fixa em montante inferior. Lei recepcionada pela Constituição Federal. 2- Quitação dada pelo beneficiário, em valor inferior ao devido, não afasta o direito do interessado de obter a diferença de valor fundada em Lei. A renúncia a direitos deve sempre ser interpretada restritivamente. RECURSO IMPROVIDO" (Recurso Inominado n. 71000725085, Terceira Turma Recursal Cível -JEC, Relatora: Dra. Maria José Schmitt Sant Anna, julgado em 28.06.2005)". - (grifos nossos).

Cabe aqui pinçar trecho do referido acórdão.

"Deste modo, a graduação da invalidez permanente fica afastada, uma vez que essa distinção não é feita pela Lei nº 6.194/74, que regula a matéria. Havendo a invalidez é devida a indenização, não importando o grau."

Ademais, não há que se falar em graduar a invalidez permanece com base na Resolução nº1/75 de 03/10/75, editado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados -

CNSP, pois em se tratando de norma regulamentar não opode dispor de modo diverso da Lei nº6.194/74, de hierarquia superior, de sorte que é incabível a limitação da indenização com base na resolução precitada. Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de carência de ação, por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Conforme o art. 5º da Lei nº6.194/74, com a redação anterior à Lei 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea `b do art. 3º da Lei nº 6.194/74 não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como critério de

cálculo. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/05/2008)

Sendo assim, os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, além do fato inquestionável de que o laudo médico atesta a debilidade e/ou invalidez permanente de membro ou função, dessa forma, é PROVA BASTANTE para garantir o pagamento da INDENIZAÇÃO do Seguro Obrigatório no valor COMPLEMENTAR.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm a requerente direito à indenização. Dessa forma, a Autora busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exhaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser

corrigido monetariamente pelo IGPM, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Ex positis, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico e o registro da ocorrência no órgão policial, para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

b) DAS ATUALIZAÇÕES

No tocante à correção monetária, o termo inicial de incidência deve ser a partir do pagamento parcial, ou seja, 18 de novembro de 2013, porque esse é o marco a partir do qual os requerentes deixaram de usufruir do valor a complementar e que justifica a reposição de seu poder de compra. No mais, as questões encontram respaldo na súmula 14 das Turmas Recursais:

SÚMULA Nº 14 - DPVAT (revisada em 27/06/2007): VINCULAÇÃO SALÁRIO MÍNIMO. - É legítima a vinculação do valor da indenização do seguro DPVAT ao valor do salário mínimo, consoante fixado na Lei nº 6.194/74, não sendo possível modificá-lo por Resolução. A alteração do valor da indenização introduzida pela M.P. nº 340 só é aplicável aos sinistros ocorridos a partir de sua vigência, que se deu em 29/12/2006. QUITAÇÃO. - A quitação é limitada ao valor recebido, não abrangendo o direito à complementação da indenização, cujo valor decorre de lei. CONSÓRCIO OBRIGATÓRIO. - O consórcio obrigatório do seguro DPVAT institui solidariedade entre as seguradoras participantes, de modo que, independentemente de qual delas tenha liquidado administrativamente o sinistro, qualquer uma poderá ser demandada pela respectiva complementação de indenização, inocorrendo ilegitimidade passiva por esse motivo. PAGAMENTO DO PRÊMIO. - Mesmo nos sinistros ocorridos antes da vigência da Lei nº 8.441/92 é desnecessária a comprovação do pagamento do prêmio do seguro veicular obrigatório. COMPLEXIDADE. - Inexiste complexidade de

causa a afastar a competência do juizado especial quando os autos exibem prova da invalidez através de laudo oriundo de órgãos oficiais, como o INSS e o DML. APURAÇÃO DA INDENIZAÇÃO.

- Na hipótese de pagamento administrativo parcial, a complementação deverá ser apurada com base no salário mínimo da data de tal pagamento. Nas demais hipóteses, a indenização deverá ser apurada com base no valor do salário mínimo da data do ajuizamento da ação. Outrossim, para os sinistros ocorridos a partir de 29/12/2006, a apuração da indenização, havendo ou não pagamento administrativo parcial, deverá tomar por base o valor em moeda corrente vigente na data da ocorrência do sinistro. CORREÇÃO MONETÁRIA. - A correção monetária, a ser calculada pela variação do IGP-M, incide a partir do momento da apuração do valor da indenização, como forma de recomposição adequada do valor da moeda. JUROS - Os juros moratórios incidirão a partir da citação, salvo quando houver pagamento parcial ou pedido administrativo desatendido, hipóteses em que incidirão, respectivamente, a partir do adimplemento parcial ou do término do prazo legal para o pagamento.

Portanto, requer o pagamento da diferença entre o valor já indenizado e o valor legalmente previsto, a ser atualizado até a data do efetivo pagamento, incidindo correção monetária e juros moratórios de 1 % ao mês.

II- DOS PEDIDOS

Tendo em vista todo o exposto, bem como os laudos médicos periciais colacionados a exordial, entende-se que o valor arbitrado para o DPVAT merecido pela Autora não foi o valor que lhe depositaram, restando demonstrado às sequelas em caráter permanente em que a Autora se encontra, REQUER-SE:

1) A citação do Requerido, para que apresente sua defesa caso queira, sob pena de revelia;

2) Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, por não ter a requerente condições financeiras para custear o acesso ao Poder Judiciário, ao tempo que informa que o advogado subscritor desta exordial atua no

presente processo como indicado, que assegura tal direito ao autor, nos termos da Lei nº. 1060/50.

3) A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;

4) Seja ao final a presente ação julgada procedente com a condenação do requerido a complementação do pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), no valor de R\$ 12.150,00 (doze mil e cento e cinquenta reais), acrescidos de juros de mora, atualização monetárias, e demais cominações legais;

5) A Requerente não possui interesse em conciliar.

Protesta provar o alegado através de todos os meios de prova em Direito admitido, especialmente pelos documentos inclusos, e prova testemunhal.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Nossa Senhora do Socorro, 23 de janeiro de 2019.

Bel. Heitor Santana da Silva

OAB/SE 7.137



Reis & Silva
advogados associados

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS, brasileira solteira, estudante, portadora do documento de identidade civil RG sob o n°. 37140302, inscrita no cadastro de pessoa física CPF sob o n°. 057.773.735-00, residente e domiciliada à Rua 43, n°. 40, Conjunto Marcos Freire III (1º ETAPA), Nossa Senhora do Socorro/SE

OUTORGADO: HEITOR SANTANA DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SE sob o n°. 7137, e DIOGO REIS SOUZA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SE n° 6683, ambos com endereço para intimações à Av. I, n.º 565, 1.º Piso, sala 08, Conj. João Alves Filho, CEP 49.160-000, Nossa Senhora do Socorro/SE. Tel. 55 79 99529131.

PODERES: os das cláusulas ad judicium et extra judicium e mais os da parte final do artigo 105 do NCPC, podendo para tanto os ditos procuradores representá-lo (a) (s) em conjunto ou separadamente no foro em geral, em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os especialmente para defender assuntos e interesses do (a) (s) outorgante(s) por todos os meios permitidos, inclusive confessar, transigir, assinar todo e qualquer termo, firmar compromissos ou acordar, receber e dar quitação, transacionar, requerer instauração de procedimentos policiais, efetuar levantamentos, inclusive de quantias/valores, representá-lo (a) (s) em repartições, autarquias federais, estaduais e municipais, ratificar todos os atos praticados em nome do (a) (s) outorgante(s), fazer conciliação em audiência, fazer acordo, mover, dar andamento ou desistir da ação, prestar depoimento, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso e em especial para ajuizar/atuar

DECLARAÇÃO DE POBREZA: Declara, firmado(a) sob as penas das Leis 1.060/50 e 7.510/86, que se encontra em estado de pobreza legal, não podendo arcar com as custas e demais despesas da presente demanda sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO: Declaro ainda, para os devidos fins, que prestei as informações constantes na peça produzida pelo(s) outorgado(s) as quais poderão ser utilizadas em processo judicial a meu favor. Assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas e declaro estar ciente das penalidades cabíveis, previstas no art. 299 do Código Penal.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 02 de Agosto de 2018.

Ketilly Mylena Caldas Freitas

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

SE

RENILLY MYLENA CALDAS FREITAS

BOC / ENTIDADE / ORG. EMISSORA
37140302 RSP SE

CPF
057.773.735-00

DATA NASCIMENTO
26/11/1997

FILIAÇÃO
EMERSON COSTA FREITAS
SHEILA CALDAS
NASCIMENTO

PERMISSÃO
PERMISSÃO

ACC
AB

CAT. HMB
AB

RF REGISTRO
07009911213

VALIDADE
27/02/2019

1ª HABILITAÇÃO
27/02/2018

OBSERVAÇÕES
SEM OBSERVAÇÃO:

RENILLY MYLENA CALDAS FREITAS

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
ARACAJU, SE

DATA DE EMISSÃO
27/02/2018

09170581104
SE019653450

Marcos Sampaio Kuhl
DIRETOR-PRÉSENTE

ASSINATURA DO EMISSOR

SERGIPE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1557782720

PROIBIDO PLASTIFICAR
1557782720

SHEILA CALDAS NASCIMENTO
 RUA QUARENTA E TRES, 0040 - CENTRO
 NOSSA SENHORA DO SOCORRO / SE CEP: 49100000 (AO: 20)
 Emissao: 17/07/2018 Referencia: Jul / 2018
 Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO
 Roteiro: 8 - 20 - 220 - 1240 Nº medidor: Q1021929671

energisa
 ENERGISA SERGIPE-DISTRIB ENERGIA SA
 Rua Min Apolônio Galvão, 81 - Inocência Barbosa
 Aracaju / SE - CEP 48040-150
 CNPJ 13.017.462/0001-63 Insc Est. 270.767.436
 Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 005 201 055
 Cód. para Déb. Automático: 00003890159

Atendimento ao Cliente **ENERGISA 08000 79 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Jul / 2018	17/07/2018	16/08/2018	661.648.608- Insc Est.

UC (Unidade Consumidora): 3/389015-9

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	1	181	32
15/06/18	26340	17/07/18	26521			

Demonstrativo									
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa/ Tributos Total (R\$)	Valor Base Calc. ICMS (R\$)	Aliq. ICMS	Item (R\$)	Base Calc. PIS (R\$)	PIS/COFINS (R\$)	COFINS (R\$)
0601	Consumo até 30 kWh-BR	30,000	0,251470	7,54	7,54	25	1,88	7,54	0,37
0601	Consumo - 31 a 100 kWh-BR	70,000	0,431120	30,17	30,17	25	7,54	30,17	1,51
0601	Consumo - 101 a 220 kWh-BR	81,000	0,848890	52,38	52,38	25	13,10	52,38	2,62
0601	Adic. B. Vermelha			9,08	9,08	25	2,27	9,08	0,45
0610	Subsidio			49,02	49,02	25	12,25	49,02	2,45
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0607	CONTRIB. ILLUM PUBLICA			18,97	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0604	JUROS DE MORA 08/2018			0,91	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0605	MULTA 08/2018			2,86	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0699	PARCELAMENTO DEB. 04/5			47,09	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0699	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 05/2018			0,66	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0699	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 08/2018			1,11	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0606	Devolução Subsidio			-33,79	0,00	0	0,00	0,00	0,00

CCI: Código de Classificação do Item TOTAL: 184,02 149,19 37,04 149,19 1,80 7,40

Média últimos meses (kWh): 175

VENCIMENTO 24/07/2018

TOTAL A PAGAR R\$ 184,02

Histórico de Consumo (kWh)

200	218	174	150	156	149	176	181	184	192	170	185
Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18

RESERVADO AO FISCO
 ab8a.dadb.b0f1.02c1.5150.ab5a.149c.d3c0.

Indicadores de Qualidade 6/2018 - TACCOA

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	5,07	0,00	NOMINAL 127
DIC TRIMESTRAL	10,15		
DIC ANUAL	20,30		
FIC MENSAL	3,30	0,00	CONTRATADA LIMITE INFERIOR 117
FIC TRIMESTRAL	6,60		LIMITE SUPERIOR 133
FIC ANUAL	13,20		
DMIC	2,86		
DICRI	12,22	0,00	

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/SE	23,25	12,63
Compra de Energia	36,31	19,73
Serviço de Transmissão	3,34	1,82
Encargos Setoriais	5,46	2,97
Impostos Diretos e Encargos	68,57	37,26
Outros Serviços	47,09	25,59
Total	184,02	100,00

Valor do EUSD (Ref. 5/2018): R\$ 28,54

ATENÇÃO

- Faturas Anteriores Parceladas, conforme contrato firmado;
- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$ 33,79;
- Problemas na Iluminação Pública figure para 3136-1311 ou 3195-1312.

Faturas em atraso

energisa
 SERGIPE
 Roteiro: 8 - 20 - 220 - 1240
 Matrícula: 389015-2018-07-4

VENCIMENTO 24/07/2018

TOTAL A PAGAR R\$ 184,02

83630000001-2 84020049000-0 03890152018-9 07400020019-1



COMPROVANTE SALARIAL

PAGAMENTO MENSAL

BANCO:237 AGENCIA:3162 TERM:00024220
23/08/2018 HORA:15:37 TRANS:359958

DADOS DA EMPRESA:

YAZAKI DO BRASIL

CNPJ: 1.641.045/0009-65

DADOS DO FUNCIONARIO:

KETILLY MILENA CALDAS FREITAS

CARGO:AUXILIAR PRODUÇÃO

MATRICULA:0000007607-7 ADMSSAO:08/08/17

CPF: 057.773.735-00 RG: 37.140.302-

PIS/PASEP:164.758.476/16 CTPS: 058806-02

DATA DE PAGAMENTO: 30.07.2018

DEP.IRPF: 00 DEP.SAL.F:00 HORAS SEM:44

SALARIO BASE: 1.047,00

N. FALTAS PERIODO DE FERIAS: 00

BANCO:237 AGENCIA: 3162 CONTA:0022192-9

PERIODO AQUISITIVO FERIAS:

01.01.0001 A 01.01.0001

PERIODO GOZO: 01.01.0001 A 01.01.0001

BASES/DEPOSITOS FGTS

BASE INSS 0,00

BASE INSS 13.O. 0,00

BASE IRPF SALARIO 0,00

BASE IRPF 13.O. 0,00

BASE IRPF FERIAS 0,00

BASE IRPF PPR 0,00

BASE FGTS 0,00

VALOR FGTS 0,00

DADOS DO COMPROVANTE:

MES REF.: 07/2018 NRO.LOTE: 000000123

COD. DESCRICAO VALOR

0316 PPR 295,83

TOTAL DOS CREDITOS 295,83

0319 PPR Liquido 208,33

0491 Segure de Vida 2,43

TOTAL DOS DEBITOS 210,76

TOTAL LIQUIDO 85,07

Valor Salário Base: 1.047,00

Valor FGTS: 0,00

AS INFORMAÇÕES ACIMA SÃO DE EXCLUSIVA

RESPONSABILIDADE DA EMPRESA PAGADORA.

Bradesco sempre a frente



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE

DADOS DA GUIA DE EXAME

Natureza:

Nº Referente ao BO:

2018/06519.0-003059

Encaminhar laudo para:

DELEGACIA ESP. DE DELITOS DE TRÂNSITO

Tipo de laudo

LESÃO CORPORAL

Responsável pela solicitação:

Roberval Rodrigues Bernadino - DELEGACIA ESP. DE DELITOS DE TRÂNSITO

Data do fato:

20/05/2018 - 18:00 até 20/05/2018 - 18:30

Local do fato:

NA PONTE DA CAROA DO MEIO, , ARACAJU, COROA DO MEIO, ARACAJU - SE

Descrição do fato:

RELATA O DECLARANTE QUE ESTAVA SAÍDO DA COROA DO MEIO AO CHEGAR NO MEI DA PONTE UM VEICULO DE MARCA FUZIU DE PLACA QKS 0050, BATEU NO LADO ESQUERDO DA SUA MOTO DE MARCA CG 160 TITAN DE COR AZUL DE PLACA QMB 6931 DE CHASSI 9C2KC2210JR019609, E O DECLARANTE ESTAVA ACOMPANHANDO COMO SUA NAMORADA DE NOME KETILLY MILENA CALDAS FREITAS, TEVE LEÕES NO DEDO ESQUERDO, E O DECLARANTE TEVE PEQUENOS ARRANHÕES DO DIREITO E ESQUERDO, A SUA MOTO DEVE DANOS NA LATERAL ESQUERDO, FRENTE TRASEIRA E LADO DIREITO, O CONDUTOR DO OUTRO VEICULO DEU ASSISTENCIAS AS DOIS. PELO EXPOSTO SOLICITA DAS AUTORIDADES COMPETENTES AS DEVIDAS PROVIDENCIAS QUE O CASO REQUER

Acrescentado por Roberval Rodrigues Bernadino - 25/05/2018 às 12:27
INFORMA O NOTICIANTE QUE O NOME CORRETO É KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS;
QUE KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS ESTAVA NA GARUPA DA MOTOCICLETA.

IDENTIFICAÇÃO DA VÍTIMA

Nome completo:

KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS

Filiação:

EMERSON COSTA FREITAS / SHEILA CALDAS NASCIMENTO

Registro Geral:

37140302

Estado Civil:

Solteiro

Profissão:

AUX. DE PRODUÇÃO

Data de Nascimento:

26/11/1997

Sexo:

Feminino

[Handwritten signature]
Ketilly Mylena R. Lima Caldas
Moto de Corrida 1ª Classe

Naturalidade:

ARACAJU

Descrição física:

Endereço completo:

RUA A 43, 40, CONJ. MARCOS FREIRE 3, TAIÇOCA, NOSSA SENHORA DO SOCORRO

Registro de porta:

Ao

escrevente:

Livro:

Em:

Entrou às:

Dia:

Arquive-se

Em:

fls.

Nº:

horas de

carimbo



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



05ª DELEGACIA METROPOLITANA

RUA 24, CONJUNTO JOAO ALVES FILHO FONE:() 3254-1538

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2018/06519.0-003059

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA ESP. DE TURISMO

Endereço: AV. SANTOS DUMONT, ATALAIA FONE:() 3226-1400

FATO

Data e Hora do Fato: 20/05/2018 - 18:00 até 20/05/2018 - 18:30

Endereço: NA PONTE DA CAROA DO MEIO Número: Complemento: ARACAJU CEP: 49000-000

Bairro: COROA DO MEIO Cidade: ARACAJU - SE Circunscrição: 05ª DELEGACIA METROPOLITANA

Tipo de local: TRANSPORTE Meio Empregado: NENHUM

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: MAYCON JONATHA GOMES BELTRAO

Nome do pai: MAGNO ANTONIO BELTRAO Nome da mãe: VERA LUCIA GOMES DA SILVA BELTRAO

Pessoa: Física CPF/CGC: 000.000.000-00 RG: 36769363 UF: SE Órgão expedidor:

Naturalidade: ARACAJU Data de nascimento: 20/08/1997 Sexo: Masculino Cor da cútis: Parda

Profissão: AUX. DE PRODUÇÃO Estado civil: Solteiro Grau de instrução: 2º Grau Completo

Endereço: RUA 213 Número: 68 Complemento: CONJ. MARCOS FREIRE III

CEP: 49.160-000 Bairro: TAIÇOCA Cidade: NOSSA SENHORA DO SOCORRO UF: SE

Proximidades: Telefone: 99836207

VÍTIMA

Nome: KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS

Nome do pai: EMERSON COSTA FREITAS Nome da mãe: SHEILA CALDAS NASCIMENTO

Pessoa: Física CPF/CGC: 000.000.000-00 RG: 37140302 UF: SE Órgão expedidor:

Naturalidade: ARACAJU Data de nascimento: 26/11/1997 Sexo: Feminino Cor da cútis: Parda

Profissão: AUX. DE PRODUÇÃO Estado civil: Solteiro Grau de instrução: 2º Grau Completo

Endereço: RUA A 43 Número: 40 Complemento: CONJ. MARCOS FREIRE 3

CEP: 49.160-000 Bairro: TAIÇOCA Cidade: NOSSA SENHORA DO SOCORRO UF: SE

Proximidades: Telefone: 996908949

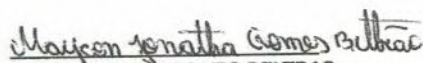
HISTÓRICO

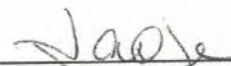
RELATA O DECLARANTE QUE ESTAVA SAÍDO DA COROA DO MEIO AO CHEGAR NO MEI DA PONTE UM VEÍCULO DE MARCA FUZIU DE PLACA QKS 0050, BATEU NO LADO ESQUERDO DA SUA MOTO DE MARCA CG 160 TITAN DE COR AZUL DE PLACA QMB 6931 DE CHASSI 9C2KC2210JR019609, E O DECLARANTE ESTAVA ACOMPANHANDO COMO SUA NAMORADA DE NOME KETILLY MILENA CALDAS FREITAS, TEVE LEÕES NO DEDO ESQUERDO, E O DECLARANTE TEVE PEQUENOS ARRANHÕES DO DIREITO E ESQUERDO, A SUA MOTO DEVE DANOS NA LATERAL ESQUERDO, FRENTE TRASEIRA E LADO DIREITO, O CONDUTOR DO OUTRO VEÍCULO DEU ASSISTÊNCIAS AS DOIS. PELO EXPOSTO SOLICITA DAS AUTORIDADES COMPETENTES AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS QUE O CASO REQUER

Data e hora da comunicação: 25/05/2018 às 09:14

Última Alteração: 25/05/2018 às 09:19.

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.


MAYCON JONATHA GOMES BELTRAO
Responsável pela comunicação


Nadja Santos Souza
Responsável pelo preenchimento



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



DELEGACIA ESP. DE DELITOS DE TRÂNSITO

AVENIDA AUGUSTO MAYNARD 552, SAO JOSE FONE:() (79)3211-7552

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2018/06519.0-003059 - Alterado

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA ESP. DE TURISMO

Endereço: AV. SANTOS DUMONT, ATALAIA FONE:() 3226-1400

FATO

Data e Hora do Fato: 20/05/2018 - 18:00 até 20/05/2018 - 18:30

Endereço: NA PONTE DA CAROA DO MEIO Número: Complemento: ARACAJU CEP: 49000-000

Bairro: COROA DO MEIO Cidade: ARACAJU - SE Circunscrição: 05ª DELEGACIA METROPOLITANA

Tipo de local: TRANSPORTE Melo Empregado: NENHUM

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: MAYCON JONATHA GOMES BELTRAO

Nome do pai: MAGNO ANTONIO BELTRAO Nome da mãe: VERA LUCIA GOMES DA SILVA BELTRAO

Pessoa: Física CPF/CGC: 000.000.000-00 RG: 36769363 UF: SE Órgão expedidor:

Naturalidade: ARACAJU Data de nascimento: 20/08/1997 Sexo: Masculino Cor da cútis: Parda

Profissão: AUX. DE PRODUÇÃO Estado civil: Solteiro Grau de instrução: 2º Grau Completo

Endereço: RUA 213 Número: 68 Complemento: CONJ. MARCOS FREIRE III

CEP: 49.160-000 Bairro: TAIÇOCA Cidade: NOSSA SENHORA DO SOCORRO UF: SE

Proximidades: Telefone: 99836207

VÍTIMA

Nome: KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS

Nome do pai: EMERSON COSTA FREITAS Nome da mãe: SHEILA CALDAS NASCIMENTO

Pessoa: Física CPF/CGC: 000.000.000-00 RG: 37140302 UF: SE Órgão expedidor:

Naturalidade: ARACAJU Data de nascimento: 26/11/1997 Sexo: Feminino Cor da cútis: Parda

Profissão: AUX. DE PRODUÇÃO Estado civil: Solteiro Grau de instrução: 2º Grau Completo

Endereço: RUA A 43 Número: 40 Complemento: CONJ. MARCOS FREIRE 3

CEP: 49.160-000 Bairro: TAIÇOCA Cidade: NOSSA SENHORA DO SOCORRO UF: SE

Proximidades: Telefone: 996908949

PERÍCIAS E ATENDIMENTO HOSPITALAR

Perícia: IML Guia de Exame

Descrição: LESÃO CORPORAL - KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS

Perícia: IML Guia de Exame

Descrição: LESÃO CORPORAL - MAYCON JONATHA GOMES BELTRAO

RELATA O DECLARANTE QUE ESTAVA SAÍDO DA COROA DO MEIO AO CHEGAR NO MEI DA PONTE UM VEÍCULO DE MARCA FUZIU DE PLACA QKS 0050, BATEU NO LADO ESQUERDO DA SUA MOTO DE MARCA CG 160 TITAN DE COR AZUL DE PLACA QMB 6931 DE CHASSI 9C2KC2210JR019609, E O DECLARANTE ESTAVA ACOMPANHANDO COMO SUA NAMORADA DE NOME KETILLY MILENA CALDAS FREITAS, TEVE LEÕES NO DEDO ESQUERDO, E O DECLARANTE TEVE PEQUENOS ARRANHÕES DO DIREITO E ESQUERDO, A SUA MOTO DEVE DANOS NA LATERAL ESQUERDA, FRENTE TRASEIRA E LADO DIREITO, O CONDUTOR DO OUTRO VEÍCULO DEU ASSISTÊNCIAS AS DOIS. PELO EXPOSTO SOLICITA DAS AUTORIDADES COMPETENTES AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS QUE O CASO REQUER

Acrescentado por Roberval Rodrigues Bemadino - 25/05/2018 às 12:27

INFORMA O NOTICIANTE QUE O NOME CORRETO É KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS;
QUE KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS ESTAVA NA GARUPA DA MOTOCICLETA.

Data e hora da comunicação: 25/05/2018 às 09:14

Responsável pela Alteração: Roberval Rodrigues Bemadino

Última Alteração: 25/05/2018 às 12:31.

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado. Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

MAYCON JONATHA GOMES BELTRAO
Responsável pela comunicação

Roberval Rodrigues Bemadino
Responsável pelo preenchimento

Roberval Rodrigues Bemadino
Agente de Polícia
Matrícula: 549.411 SSP/SE





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
COMPANHIA DE POLICIAMENTO DE TRÂNSITO



Boletim de Ocorrência de Acidentes de Trânsito

BOAT 368 / 0 Procedência SAAT/CPTRAN Ano 2018 Protocolo 510048145

Data do acidente 20/05/2018 - Domingo Hora 20:52

Local do acidente

Rua, Avenida, Rodovia
AV. LUIZ LUI GONZAGA
Entre

Com

Trecho KM / E

Município
ARACAJU

UF
SE

Dados do acidente

Tipo de acidente Abaloamento longitudinal

Pavimento Asfalto

Sinalização Existente

Traçado Reta

Estado da Pista Seco

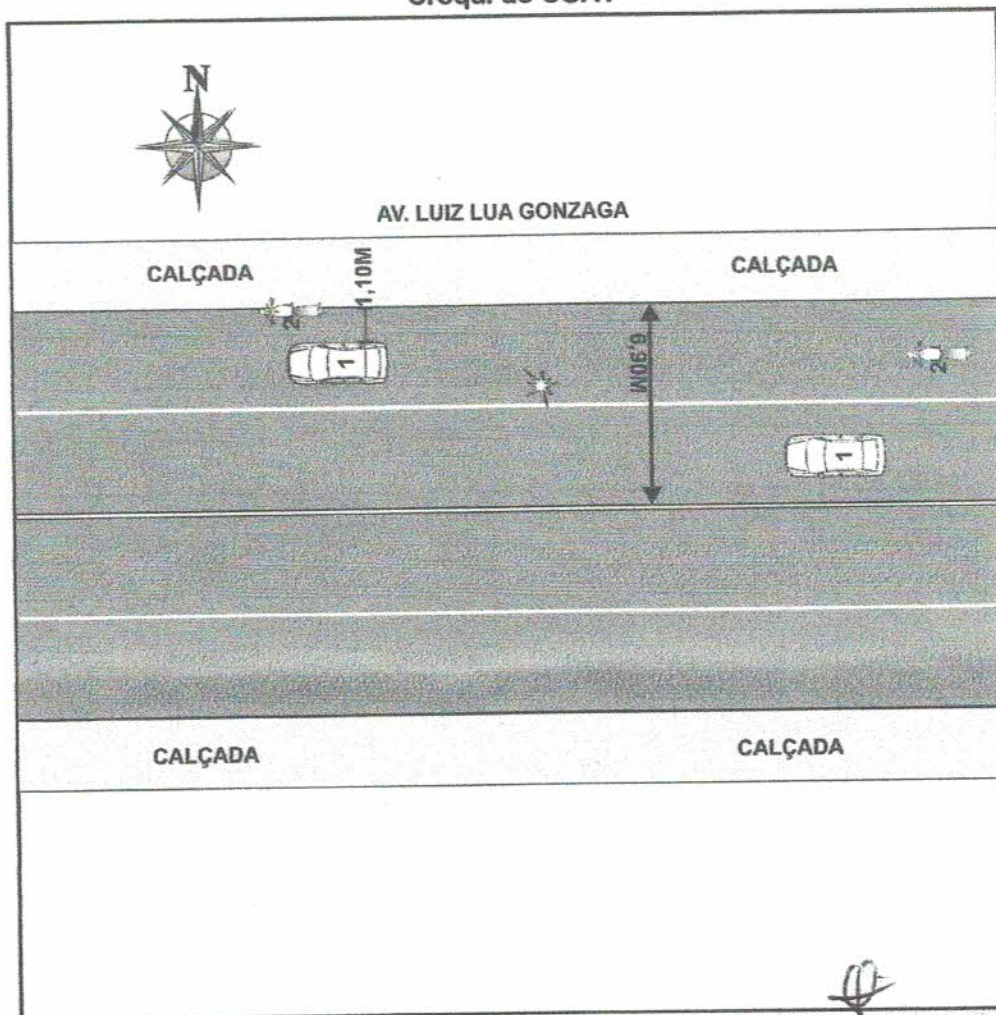
Classificação Danos Mat. com Vitimas

Tempo Claro

Luminosidade Noite iluminada

Tipo do Local Comercial

Croqui do COAT



Data 10/07/2018, Hora 11:10:22

Glaukia Suiane G. Bezerra
Glaukia Suiane Gomes Bezerra
CHEFE DO COAT



DETRAN-SE

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO
COMPANHIA DE POLICIAMENTO DE TRANSITO



Boletim de Ocorrência de Acidentes de Trânsito

Agentes

Primeiro Agente 3º SARGENTO ALEX Santos do Carmo

Segundo Agente CABO LUCIANO costa

Terceiro Agente

Descrição dos fatos

SEGUNDO LEVANTAMENTO FEITO NO LOCAL DO ACIDENTE E DECLARAÇÃO DO CONDUTOR DO V1, PODEMOS INFORMAR QUE: V1 E V2 TRANSITAVAM PELA AV. LUIZ LUI GONZAGA, PISTA DE ROLAMENTO QUE MEDE 6,90m DE LARGURA, SENTIDO LESTE/OESTE, V1 PELA FAIXA DE TRÂNSITO DA ESQUERDA E V2 PELA FAIXA DE TRÂNSITO DA DIREITA, QUANDO O V1 AO EXECUTAR TRANSPOSIÇÃO DE FAIXA VEIO A ABALROAR-SE LONGITUDINALMENTE COM O V2. APÓS O IMPACTO O V1 DESLOCOU-SE FICANDO AFASTADO DA GUIA DA CALÇADA LADO DIREITO 1,10m E O V2 FICOU TOMBADO PARCIALMENTE SOBRE A CALÇADA.

OBS: O CONDUTOR E PASSAGEIRO DO V2 FORAM CONDUZIDOS AO HOSPITAL PELO SAMU E SEU VEÍCULO FOI REMOVIDO PARA O PÁTIO BARRADAS E QUEIROZ.

Danos a terceiros

VEÍCULO 1

Placa QKS0050 UF SE Marca/Modelo I/FORD FUSION FWD GTDI B

Cor BRANCA

Categoria Particular

Tipo Veiculo Automóvel

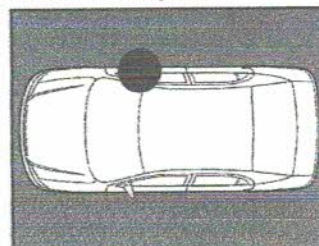
Espécie de veículo Passageiro

Ano de fabricação 2015

Nº ocupantes 2 Nº Feridos 0 Nº Mortos 0

Destino do veículo Liberado no local

Ponto de impacto



Danos do veículo

LATERAL DIREITA PARCIALMENTE DANIFICADA.

Dados do proprietário

Nome AMAIR HAGENBECK MELO

Logradouro RUA ORLANDO MAGALHAES MAIA

Bairro Cidade ARACAJU

Complemento

N.1520 AP 902 GRAGERU

Sexo Masculino

Número

Estado SE

Data 10/07/2018, Hora 11:10:22

Glaukia Suiane G. Bezerra
CHEFE DO COAT

Av. Tancredo Neves, S/N Ponto Novo, PABX:(079) 3226-2055, FAX (079) 3226-2042
CEP: 49.097-510, ARACAJU/SE, C.G.C.: 01.560.397/0001-50

Nº 24368

www.detran.se.gov.br



DETRAN-SE

GOVERNO DO ESTADO DE SERGÍPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
COMPANHIA DE POLICIAMENTO DE TRÂNSITO



Boletim de Ocorrência de Acidentes de Trânsito

Dados do condutor

Nome PAULO HENRIQUE PASSOS FILHO
Logradouro RUA ORLANDO MAGALHAES MAIA
Bairro GRAGERU Cidade ARACAJU
Complemento

Sexo Masculino Idade 21
Número 1520

Estado SE

Informações adicionais do condutor

Condições presumíveis do condutor Aparência normal
Reação do condutor Permaneceu no local
Teste do bafômetro Sim
Nº de série do bafômetro 3149
Leitura do bafômetro 0
Nº do auto de constatação de embriaguez
Destino do condutor Liberado no Local
Artigo/Lei
Cinto/Capacete Sim

Informações sobre a carteira nacional de habilitação

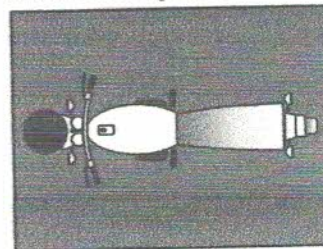
Habilitado
Condição da habilitação HABILITADO
Número CNH 06286197970
Data da primeira habilitação 22/01/2015
Motivo da apreensão

Validade 27/10/2019
Categoria B
CNH apreendida Não

VEÍCULO 2

Placa QMB6931 UF SE Marca/Modelo HONDA/CG 160 TITAN
Cor AZUL
Categoria Particular Tipo Veículo Motocicleta
Espécie de veículo Passageiro
Ano de fabricação 2017
Nº ocupantes 2 Nº Feridos 2 Nº Mortos 0
Destino do veículo Conduzido p/ GALPÃO


Ponto de impacto



Danos do veículo

VEÍCULO PARCIALMENTE DANIFICADO.

Data 10/07/2018, Hora 11:10:23


Glaukia Suiane G. Bezerra
CHEFE DO COAT



DETRAN-SE

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
COMPANHIA DE POLICIAMENTO DE TRÂNSITO



Boletim de Ocorrência de Acidentes de Trânsito

Dados do proprietário

Nome MAYCON JONATHA GOMES BELTRAO

Logradouro RUA 213

Bairro

Complemento

68 TAICOCA CASA

Cidade NOSSA SENHORA DO SOCORRO

Sexo Masculino

Número

Estado SE

Dados do condutor

Nome MAYCON JONATHA GOMES BELTRAO

Logradouro RUA DUZENTOS E TREZE

Bairro CENTRO

Complemento

Cidade NOSSA SENHORA DO SOCORRO

Sexo Masculino Idade 20

Número 68

Estado SE

Informações adicionais do condutor

Condições presumíveis do condutor Não registrado

Reação do condutor Hospitalizado

Teste do bafômetro Não informado

Nº de série do bafômetro

Leitura do bafômetro

Nº do auto de constatação de embriaguez

Destino do condutor Não informado

Artigo/Lei

Cinto/Capacete Sim

Informações sobre a carteira nacional de habilitação

Habilitado

Condição da habilitação PERMISSIONARIO

Número CNH 6928662664

Data da primeira habilitação 04/10/2017

Motivo da apreensão

Validade 04/10/2018

Categoria A

CNH apreendida Não

Nome Vitima MAYCON JONATHA GOMES BELTRAO

Data de nascimento 20/08/1997

Logradouro RUA DUZENTOS E TREZE

Bairro CENTRO

Complemento

Cidade NOSSA SENHORA DO SOCORRO Estado SE

Sexo Masculino

Idade 20

Número 68

Glaukia Suiane G. Bezerra

Glaukia Suiane Gomes Bezerra
CHEFE DO COAT

Data 10/07/2018, Hora 11:10:23



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
COMPANHIA DE POLICIAMENTO DE TRÂNSITO



Boletim de Ocorrência de Acidentes de Trânsito

Dados adicionais da vítima

Tipo da vítima Motociclista

Morte no local Não

Cinto/capacete Sim

Nome Vítima KETHELYN MILENA CALDAS FREITAS

Data de nascimento

Logradouro NÃO INFORMADO

Bairro

Complemento

Cidade

Sexo Feminino

Idade 20

Número

Estado

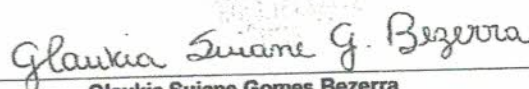
Dados adicionais da vítima

Tipo da vítima Passageiro

Morte no local Não

Cinto/capacete Sim

Data 10/07/2018, Hora 11:10:24


Glaukia Suiane Gomes Bezerra

CHEFE DO COAT

Av. Tancredo Neves, S/N Ponto Novo, PABX:(079) 3226-2055, FAX (079) 3226-2042
CEP: 49.097-510, ARACAJU/SE, C.G.C.: 01.560.397/0001-50

www.detran.se.gov.br



ATESTADO MÉDICO

- ☐ ACOMPANHANDO
☐ COMPARECEU PARA CONSULTA
☒ LICENÇA A PARTIR DE 20/05/18
POR (60) semanas DIAS.
ATESTADO PARA FINS DE Academia

QUE O SR(A) Katilly Mylun
Colares Freitas

COMPARECEU NESTE SERVIÇO NO DIA _____

ÀS HORAS, NECESSITANDO AFASTAR-SE DE
SUAS ATIVIDADES. Cid: 598.1

Aju 20/05/18

Dr. Denis Cabral Duarte
CRM - 4163 - TEOT 12353
Ortopedia e Traumatologia
ASSINATURA E CARIMBO

COD. 21109

Rua Campo do Brito, nº 1000 - B. São José - Fone: (79) 2106-4848 - CEP 49015-460 - Aracaju/SE



**Lauda Pericial
Digitada**

INSTITUTO MÉDICO LEGAL
LAUDO PERICIAL
Lesões Corporais

Ketilly Mylena Caldas Freita

Lauda nº 7164/2018

28/09/2018
[Signature]
Delegado de Polícia
159.411 SSP/SE



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS
INSTITUTO MÉDICO LEGAL "DR. AUGUSTO LEITE"

LAUDO DO EXAME DE LESÕES CORPORAIS

terça-feira, 28 de agosto de 2018

Nº Laudo

7164/2018

Dados Da Vítima

Nome da Vítima

KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS

Nascimento

26/11/1997

Idade

21

Naturalidade

ARACAJU

Estado Civil

SOLTEIRO

Sexo

FEMININO

Cor

PARDA

Profissão

AUXILIAR DE PRODUÇÃO

UF

SE

Instrução

2º Grau Completo

Nome da Mãe

SHEILA CALDAS NASCIMENTO

Nome do Pai

EMERSON COSTA FREITAS

Endereço

RUA "A" Nº 43 C.J.MARCOS FREIRE III

Bairro

TAIÇOCA

Município

NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE

Nome da Autoridade

DANIELA RAMOS LIMA BARRETO

Função

DANIELA RAMOS LIMA

Unidade

DEDT

BARRETO

1º Perito Relator

DRª. SCHEILLA K. M. SALVIANO

CremeselCrose

2260

2º Perito Relator

CremeselCrose

LAUDO Nº

7164/2018

Local da Perícia

Sala do IML

Tipo

Causa

Historico/Descrição

Historico

Relata a pericianda que foi vítima de acidente de trânsito (colisão carro x motocicleta), fato ocorrido no dia 20/05/2018, nesta Capital.

Descrição

Ao exame apresenta Ausência de falange distal do hálux esquerdo. Foi submetida a debridamento cirúrgico em 20/05/2018 e resecção de falange distal do hálux - Dr. Denis Cabral - CRM 4163. Amputação traumática do hálux esquerdo (1º dedo do pé).

Comentario Medico\Conclusão\Quesitos Respostas

Comentario Médico - Forense

Existe compatibilidade entre os achados e a ação contundente. As lesões não resultaram em perigo de vida, porém se fez necessário afastá-la de suas ocupações habituais por período superior a 30 dias.

Conclusão

- 1) Sequela permanente.
- 2) Houve ofensa à integridade física da vítima.
- 3) Lesões produzidas por ação contundente.
- 4) Exame realizado às 08h30 do dia 28/08/2018.

Quesitos/Respostas

1º) Houve ofensa a integridade ou a saúde do paciente?

Sim.

2º) Qual o instrumento ou meio que produziu a ofensa?

Contundente.

28/08/2018
19
ORIGINAL
Assessoria Jurídica
Assessoria de Polícia
Fone: 349.111 SSP/SE

RELATÓRIO 0897 / 2018 REFERENTE À OCORRÊNCIA

NÚMERO: 1805200954 / ESUS – SAMU

O **SAMU 192 SERGIPE** foi acionado às **19h38min** do dia **20 de Maio de 2018**, para atendimento de vítima identificada como **Ketilly Milena Caldas Freitas**, com relato de **colisão carro x moto**, no município de Aracaju.

A equipe da **Unidade de Suporte Básico – Aracaju** realizou atendimento no local, seguido de remoção para o **Hospital da Unimed** do município de Aracaju, onde deixou a paciente aos cuidados da equipe.

Aracaju, 15 de Junho de 2018


Dr. André Luiz Bentes Paiva Nery
Gerência de Regulação Médica
SAMU 192 Sergipe
CRM/SE 4554

Tiemi Sayuri Menezes Oki Fontes

Coordenadora Médica

SAMU 192 SERGIPE

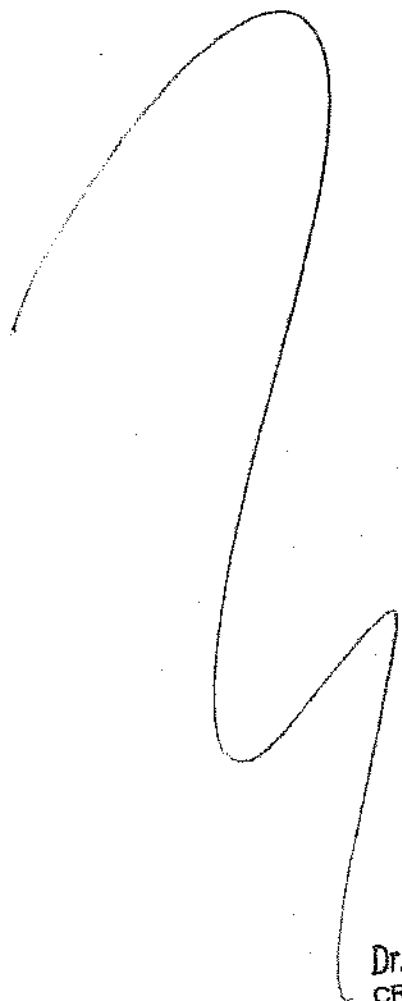
Dr(a): DENIS CABRAL DUARTE

Para: KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS

SOLICITO:

CURATIVO DIÁRIO DO FERIMENTO DO PE ESQUERDO. (POS OPERATORIO DE AMPUTAÇÃO PARCIAL DO HALUX

CID: S92.4



Dr. Denis Cabral Duarte
CRM - 4163 - TEOT 12353
Ortopedia e Traumatologia

ARACAJU , 25/05/2018

Dr(a). Dr(a): DENIS CABRAL DUARTE
CRM 4163

Dr(a): DENIS CABRAL DUARTE

Para: KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS

RELATÓRIO MÉDICO

DECLARO QUE A PACIENTE KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS, VITIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO N
DIA 20/05/2018, SOFREDO AMPUTAÇÃO TRAUMÁTICA DO HALUX ESQUERDO.
SEQUELA PERMANENTE.

CID: S92.4 // S98

Dr. Denis Cabral Duarte
CRM - 4163 - TEOR 12353
Ortopedia e Traumatologia

ARACAJU, 25/05/2018

Dr(a). Dr(a): DENIS CABRAL DUARTE
CRM 4163

1 - Registro ANS
337668

3 - Número da Guia Principal

4 - Data de Autorização
20/05/2018

5 - Senha

00867854

6 - Data de Validade da Senha

00867854

7 - Número da Guia Arquivado pela Operadora

8 - Número da Carteira
08650001816752006

9 - Nome do Beneficiário

31/07/2019

10 - Nome

KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS

11 - Número do Cartão Nacional de Saúde

12 - Atendimento a RN
N

Dados do Solicitante

13 - Código da Operadora
010843020046

14 - Nome do Contratado
SAO MARCOS HOSPITALAR LTDA

15 - Nome do Profissional Solicitante
HOSPITAL UNIMED

16 - Conselho Profissional
06

17 - Número no Conselho
43020046

18 - UF
28

19 - Código CBO
999999

20 - Assinatura do Profissional Solicitante

Dr. Edmar de Menezes R. Filho
Cirurgião Geral - Nível Especialista
Baterias Médicas
CRM - 23092

Dados da Solicitação / Procedimentos e Exames Solicitados

21 - Caracter do Atendimento
2

22 - Data da Solicitação
20/05/2018

23 - Indicação Clínica

24 - Tabela
25 - Código do Procedimento
26 - Descrição

27 - Qt. Solic.

28 - Qt. Autoriz.

Dados do Contratado Executante

29 - Código na Operadora
010843020046

30 - Nome do Contratado
SAO MARCOS HOSPITALAR LTDA

Dados do Atendimento

32 - Tipo Atendimento
11

33 - Indicação de Acidente (paciente ou domoq relacionado)
9

34 - Tipo de Consulta

35 - Motivo de Encerramento do Atendimento

Dados da Execução / Procedimento e Exame Realizados

36 - Data 37 - Hr. Inicial 38 - Hr. Final 39 - Tabela 40 - Procedimento 41 - Descrição
1 20/05/2018 20:45 22 10101039 CONSULTA EM PRONTO SOCORRO

42 - Qtd. 43 - Via 44 - Têc. 45 - Fator R/Ace 46 - Valor Unitário 47 - Valor Total
001 1 1 1.3 0.00 0.00

Identificação do(s) Profissional(is) Executante(s)

48 - Sq. Ref. 49 - Cf. Part 50 - Cód na operadora/CPF 51 - Nome do Profissional
12 010843020046 HOSPITAL UNIMED

52 - Conselho Prof 53 - Número no Conselho 54 - UF 55 - Código CBO
06 43020046 28 999999

56 - Data de Realização do Procedimento em Série 57 - Assinatura do Beneficiário ou Responsável

58 - Observação / Justificativa

59 - Total de Procedimentos (R\$)
0.00

60 - Total de Taxas e Aluguéis (R\$)
17.91

61 - Total de Materiais (R\$)
0.00

62 - Total de OPME (R\$)
0.00

63 - Total de Medicamentos (R\$)
0.00

64 - Total de Gases Medicinais (R\$)
0.00

65 - Total Geral (R\$)
17.91

66 - Assinatura do Responsável pela Autorização

Dr. Edmar de Menezes R. Filho

Convênio UNIMED

633155

1- Registro ANS 337668		4- Data de Autorizacao 20/05/2018		8- Numero da Carteira 08650001816752006	
2- No. Guia Principal 201800867854		5- Senha 201800867854		9- Validade da Carteira 31/07/2019	
6- Data Validade da Senha 19/07/2018		7- Numero da Guia Atribuido pela Operadora 201800867854		11- Centro Nacional de Saude N - Nao	
Dados do Beneficiario					
10- Nome KETILLY MYLENA CALDAS FRERE					
12- Atendimento a RM N - Nao					
Dados do Contratado Solicitante					
13- Codigo na Operadora 010843020046					
14- Nome do Contratado SAO MARCOS HOSPITALAR LTDA					
15- Nome do Profissional Solicitante SAO MARCOS HOSPITALAR LTDA					
16- Conselho Profissional 10 - OUT					
17- Numero no Conselho 43020046					
18- UF 28 - SE					
19- Codigo CBO S 225225					
20- Ass. Profissional Solicitante					
21- Caracter de Atendimento 2 - Urgencia					
22- Data da Solicitacao 20/05/2018					
23- Indicao Clinica					
24- Tabula 1					
25- Codigo do Procedimento 10101039					
26- Descricao CONSULTA EM PRONTO SOCORRO					
27- Qtd. Solic. 1					
28- Qtd. Autoriz. 1					
Dados do Contratado Executante					
29- Codigo na Operadora 010843020046					
30- Nome do Contratado SAO MARCOS HOSPITALAR LTDA					
31- Indicao de Acidente 9 - NAO ACIDENTE					
32- Tipo Atendimento 11 - PRONTO SOCORRO					
33- Referencia Procedimentos e exames realizados					
34- Tipo de Consulta					
35- Motivo de Encerramento da Consulta					
36- Data 6					
37- Hora Inicial 6					
38- Hora Final 6					
39- Tabula 6					
40- Codigo do Procedimento 6					
41- Descricao 6					
42- Qtd. 6					
43- Via 6					
44- Técnica 6					
45- %Med./Acr. 6					
46- Valor Unitario RS 6					
47- Valor Total RS 6					
48- Seq. Ind. 6					
49- Grau Part. 6					
50- Cui na Operadora/CPF 6					
51- Nome do Profissional 6					
52- Conselho Profissional 6					
53- Numero no Conselho 6					
54- UF 6					
55- Codigo CBO 6					
56- Data de Realizacao de Procedimentos em serie 57- Assinatura do Beneficiario ou Responsavel					
58- Assinatura do Responsavel para Autorizacao 0,00					
59- Total de Procedimentos (RS) 0,00					
60- Total de Taxas e Abonais (RS) 0,00					
61- Total de Materiais (RS) 0,00					
62- Total de OPME (RS) 0,00					
63- Total de Medicamentos (RS) 0,00					
64- Total de Gases Medicais (RS) 0,00					
65- Total Geral (RS) 0,00					
66- Assinatura do Contratado					
67- Assinatura do Beneficiario ou Responsavel					

2-No. 201800867854
Guia de Serviço Profissional/Serviço
Auxiliar de Diagnóstico e Terapia -
SP/SADI



DIAGNÓSTICO DO ATENDIMENTO

Atendimento..... : 666004 Prontuário: 8964154 SAME: 8964154 Hora Atend: 20:45 Data Atend: 20/05/2018
Paciente..... : KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS
Endereço..... : RUA 43
Bairro..... : TAICOCA DE DENTRO
Cidade..... : NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Convênio..... : UNIMED
CID Principal..... : S681 - AMPUTACAO TRAUMATICA DE UM OUTRO DEDO APENAS (COMPLETA) (PARCIAL)
CID's Secundários :
Resultado..... : ENCAMINHADO AO SETOR DE INTERNACAO
Data Saída..... : 20/05/2018
UF.: SE CEP: 49160000
Plano....: INTERCAMBIO
Hora Saída : 21:50

Prestador da Evolução Médica: 1804 EDINEY CAVALCANTE BATISTA FILHO

HDA
ACIDENTE COM MOTO


EXAME FISICO

TRAZIDO EM PROTOCOLO SAMU
LUCIDA, ORIENTADA, EUPNEICA, REFERE DOR EM PE ESQUERDO, COM CURATIVO LOCAL
ESTAVEL HEMODINAMICO, PULSO RADIAL COM BOA AMPLITUDE
TORAX> EXPANSAO PRESENTE, SEM ENFISEMAS, SEM CREPTOS
AB> FLACIDO, INDOLOR, SEM PERITONISMO
PELVE: ESTAVEL
DORSO: SEM ALTERACOES
GLASGOW DE 15, SEM DEFECTES MOTORES OU SENSITIVOS, NEGA DESMAIO, NEGA VOMITOS
AMPUTACAO TRAUMATICA EM FALANGE DE PE ESQUERDO
ESCORIACOES, SEM MAIS EVIDENCIAS DE LACERACOES
CERVICAL LIVRE E INDOLOR A PALPACAO, SEM ASSIMETRIAS

DIAGNOSTICO - HISTORICO
POLITRAUMA

TRATAMENTO

REALIZADO ANALGESIA, SOLCITO RADIOGRAFIAS
INICIADO CEFALOTINA
SOLCITO PARECER DA ORTOPEDIA


EDINEY CAVALCANTE BATISTA FILHO / 2360
CIRURGIA GERAL

CONFERE COM O ORIGINAL

Hospital Unimed Sergipe
José Carlos dos S. Nascimento
Méd. 144 Arquivador
20/06/18

SÃO MARCOS HOSPITALAR LTDA- HOSPITAL UNIMED

FICHA DA URGÊNCIA		Unimed Sergipe
Itens Revisados:		
Itens Excluídos:		

VIA PARA O HOSPITAL

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO - UNIMED

Declaro para os devidos fins que o paciente **KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS**.
foi atendido no serviço de Urgência deste Hospital, e que as despesas serão pagas pelo convênio UNIMED.
Recebi em devolução os documentos de identificação e a carteira do plano de saúde, entregues por ocasião do cadastro para
atendimento. Aracaju, 20/05/2018 20:45

[Assinatura]
Paciente ou Responsável

1º MÉDICO DO ATENDIMENTO

1º Médico do atendimento - Carimbo e Assinatura

DADOS DO PACIENTE		3º-MÉDICO	
Prontuário:	08964154	Atendimento:	00666004
Paciente:	KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS	Nascimento:	26/11/97-20a 5m 23d
CPF:	05777373500	Fone:	-998688920
Endereço:	RUA 43	Bairro:	TAICOCA DE DENTRO
Data/Hora:	20/05/2018 20:45	CEP:	49042820
Convênio:	UNIMED	Carteira:	08650001816752006
Responsável:		Guia:	506756

Declaro que o paciente acima citado deu entrada neste setor de Urgência em virtude do

C.I.D. : _____

[Assinatura]
Médico - Carimbo e Assinatura

DADOS DO PACIENTE		2º-MÉDICO	
Prontuário:	08964154	Atendimento:	00666004
Paciente:	KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS	Nascimento:	26/11/97-20a 5m 23d
CPF:	05777373500	Fone:	
Endereço:	RUA 43	Bairro:	TAICOCA DE DENTRO
Data/Hora:	20/05/2018 20:45	CEP:	49042820
Convênio:	UNIMED	Carteira:	08650001816752006
Responsável:		Guia:	506756

Declaro que o paciente acima citado deu entrada neste setor de Urgência em virtude do

C.I.D. : _____

[Assinatura]
Médico - Carimbo e Assinatura

DADOS DO PACIENTE		1º-MÉDICO DO ATENDIMENTO	
Prontuário:	08964154	Atendimento:	00666004
Paciente:	KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS	Nascimento:	26/11/97-20a 5m 23d
CPF:	05777373500	Fone:	
Endereço:	RUA 43	Bairro:	TAICOCA DE DENTRO
Data/Hora:	20/05/2018 20:45	CEP:	49042820
Convênio:	UNIMED	Carteira:	08650001816752006
Responsável:		Guia:	506756

Declaro que o paciente acima citado deu entrada neste setor de Urgência em virtude do

C.I.D. : _____

[Assinatura]
Médico - Carimbo e Assinatura

PRESCRIÇÃO: 595300 DATA: 20/05/2018 20:47
ATEND: 666004-KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS
UNID. INT.: URGENCIA E EMERGENCIA LEITO:
AMPUTACAO TRAUMATICA DE UM OUTRO DEDO APENAS (COMPLETA) (PARCIAL)

1ª V.
CID: S68

Rubrica
Med

666004

PRESCRIÇÃO MÉDICA

ANTIBIOTICOS

	Qtd	Unidade	SN	Apl	Frequência	Data Horários
1 C.C. CEFALOTINA SODICA (KEFLIN) 1G FRASCO-AMPOLA	1	FA C/1G		IV	Agora	[20/05] . 20:47 <i>Suspensão</i>

MEDICAMENTOS

	Qtd	Unidade	SN	Apl	Frequência	Data Horários
2 C.C. CETOPROFENO (PROFENID) IV PO LIOF. FA C/100MG	1	FA C/100MG		IV	Agora	[20/05] . 20:47 <i>2/05/18</i>
-> CLORETO DE SODIO 0,9% FR. C/100ML	1	FRASC C/100M				
-> AGUA P/ INJEÇÃO AMP C/ 10 ML	1	AMP C/10ML				
3 C.C. TRAMADOL (TRAMADON OU TRAMAL) 100MG AMP 2ML-IV	1	AMPOLA		IV	Agora	[20/05] . 20:47 <i>2/05/18</i>

EXAMES DE IMAGEM

	Qtd	Unidade	SN	Apl	Frequência	Data Horários
4 RAO X BACIA EM AP	1					
5 RAO X CRANIO 2PS	1					
6 RAO X PE ESQ 2PS	1					

Realizados

Ediney Batista

EDINEY CAVALCANTE BATISTA FILHO
CRM: 2360

ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM

NOME :	KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS	PRONT.:	08964154
ATEND. :	00666004	LEITO:	
MÉDICO :	EDINEY CAVALCANTE BATISTA FILHO	CONV. :	UNIMED
USUÁRIO:	NATANAEL LIMA	DATA :	21/05/2018 05:00

HORA	PA (mmHg)	FC (bpm)	Tª Axilar	Rpm	DOR	GLICEMIA CAPILAR

GASOTERAPIA										EQUIPAMENTOS																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
Oxigênio					Ar.					Comprimido					Bomba					Infusão					Bomba					Dieta					Monitor					Cardíaco					Oxímetro de					Meias					Pneumáticas					Manta					Térmica					Aspirador					Manual					Desfibrilador																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I					I</				

Itens Revisados:

Itens Excluídos:

INTERNAMENTO

Prontuário: 08964154

Atendimento: 00666017

RG: 37140302

Nome: KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS

CPF: 05777373500

Nascimento: 26/11/1997

Idade: 20a 5m 23d

Cidade/Estado: NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE

Endereço: RUA 43,40

CEP: 49160000

Complemento:

Bairro: TAICOCA DE DENTRO

Telefone:

Filiação (mãe): SHEILA CALDAS NASCIMENTO

Profissão: OUTROS

DADOS DO RESP

Nome: SHEILA CALDAS NASCIMENTO

CPF : 00661648508

DADOS DO CONVÊNIO

Plano: UNIMED

Matrícula: 08650001816752006

Acomodação: ENFERMARIA 2
LEITOS

Guia nº: 00867876

Dias Autorizados:

Acompanhante: N

Origem Atendimento:

DADOS DA ADMISSÃO DO PACIENTE

Data/Hora: 20/05/2018 21:51

Leito: LEITO 07

Tratamento:

INTERNACAO CIRURGICA URGENCIA
DENIS CABRAL DUARTE

Médico Assistente:

Admitido no setor por: FERNANDA.MACEDO

Enfermeira (o)
ou substituto do Posto

Conferido por

SÃO MARCOS HOSPITALAR LTDA - HOSPITAL UNIMED

Rua Campo do Brito, nº 1000

CNPJ: 155927850001-06

Aracaju - SE

Fone: (0XX79) 2106-4848

CONFERE COM O ORIGINAL

Hospital Unimed Sergipe
José Carlos dos S. Nascimento
Mat. 144 Arquivador

20/06/18

Itens Revisados:

Itens Excluídos:

I- DADOS DO PACIENTE

Prontuário: 08964154 Atendimento: 00666017
Nome: KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS RG: 37140302
Nascimento: 26/11/1997 Idade: 20a 5m 23d CPF: 05777373500
Endereço: RUA 43,40 Bairro: TAICOCA DE DENTRO
Complemento: CEP: 49160000 Cidade/Estado: NOSSA SENHORA DO
Telefone: * SOCORRO/SE

II- DADOS DO RESPONSÁVEL

Nome: SHEILA CALDAS NASCIMENTO RG: 1514915
Endereço: RUA 43 Cidade/Estado: NOSSA SENHORA DO
CPF: 00661648508 SOCORRO/SE

III- CONTRATO - UNIMED

- 1) Declaro assumir plena responsabilidade, em caráter solidário e principal, como bastaste fiador:
- a) Por todas as despesas médico – hospitalar não previstas no contrato firmado entre a SÃO MARCOS HOSPITALAR LTDA e UNIMED decorrente da internação do paciente, internado neste dia por ordem médica, neste hospital.
 - b) Por todas as despesas médico – hospitalar decorrentes da internação e tratamento, em caráter particular, quando posterior ficar comprovada a ausência de responsabilidade de entidade conveniada, na cobertura das referidas despesas no caso do não cumprimento às exigências burocráticas necessárias durante o período de internação.
 - c) Por todas as despesas hospitalares no caso de mudança de acomodação, decorrentes da minha opção além dos parâmetros da cobertura da Operadora do Plano de Saúde, inclusive aquelas relativas a diferença de honorários da entidade médica.
- 2) Declaro está ciente que todo pagamento efetuado será imediatamente depositado, de acordo com as condições foram pactuadas.
- 3) O Hospital envidará todos os esforços para garantir o conforto e a segurança do internado, não obstante, poderemos protagonizar acidentes, fugas, danos ou extravios de bens próprios ou de terceiros, ficando desde já isento o Hospital pelo(s) abaixo afirmado(s), de quaisquer responsabilidade, e as despesas decorrentes disto, por conta de quem a subscrição.
- 4) A Diretoria do Hospital não terá qualquer responsabilidade sobre quaisquer objeto ou pertences, como bijuterias, aparelhos sonoros, ventiladores, etc.
- 5) Declaro ter recebido em devolução os documentos de identificação, entregues por ocasião do cadastro de internação.
- 6) Declaro ter recebido manual de instruções sobre rotinas administrativas do Hospital Unimed.



Paciente ou Responsável

CPF:

SÃO MARCOS HOSPITALAR LTDA - HOSPITAL UNIMED

Rua Campo do Brito, nº 1000

CNPJ: 155927850001-06

Aracaju - SE Fone: (0XX79) 2106-4848

Itens Revisados:

Itens Excluídos:

Por esse instrumento particular o (a) paciente **KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS** ou seu responsável Sr.(a) **SHEILA CALDAS NASCIMENTO**, declara, para todos os fins legais, especialmente do disposto no artigo 39, VI, da Lei 8.078/90 que dá plena autorização (à) médico (a) assistente, Dr.(a) **DENIS CABRAL DUARTE**, inscrito(a) no CRM 4163 para proceder as investigações necessárias diagnóstico do seu estado de saúde, bem como executar o tratamento cirúrgico designado "AMPUTAÇÃO DE MEMBRO(S) INFERIORE" e todos os procedimento que o incluem, inclusive a anestesia ou a outras condutas medicas que tal tratamento possa requerer, podendo o referido profissional valer-se do auxílio de outros profissionais de saúde.

Declara, outrossim, que o referido(a) médico(a), atendendo no art. 59º do código de Ética Médica e no art. 9º da Lei 8.078/90 (abaixados e descritos) e após a apresentação de métodos alternativos, sugeriu o tratamento médico cirúrgico anteriormente citado, prestando informações detalhadas sobre o diagnóstico e sobre os procedimentos a serem adotados no tratamento sugerido e ora autoriza especialmente as que se seguem:

DEFINIÇÃO: é a retirada cirúrgica parcial de membro(s) inferior (es).

INDICAÇÕES:

- Aterosclerose periférica;
- Doenças arteriais inflamatórias;
- Infecções periféricas principalmente em pacientes diabéticos;
- Trauma;

COMPLICAÇÕES PÓS-OPERATÓRIAS:

- Mortalidade é de 10 a 25%
- Infecções (frequente em função de déficit circulatório local);
- Necrose de coto;
- Neuromas (pequeno nódulo no local do corte de nervo);
- Calsalgia (dor no coto, mais intensa à noite);
- Dor no membro fantasma (sensação de que o membro não foi amputado);
- Possibilidade de cicatrizes com formação de quelóides (cicatriz hipertrófica grosseira).

CBHPM – 3.07.27.04.9 CID – 170.9

Infecção Hospitalar:

A portaria nº2. 616, de 12/05/1998 do Ministério da Saúde estabeleceu as normas do Programa de Controle de Infecção Hospitalar (PCIH) obrigando os hospitais a construir a CCIH (Comissão de controle de infecções Hospitalares). Os índices de infecção hospitalar são estabelecidos, usando como parâmetro o NNIS (Nacional Nosocomial Infection Surveillance – Vigilância Nacional Nosocomial Infecções), órgão internacional que estabelece os índices de infecção hospitalar aceito e que são:

1. Cirurgias limpas – 2% (são aquelas que não apresentam processo infeccioso e inflamatório local e durante a cirurgia, não ocorre penetração nos tratos digestivo, respiratório ou urinário);
2. Cirurgias potencialmente contaminadas – 10% (aquelas que necessitam drenagem aberta e ocorre penetração nos tratos digestivo, respiratório ou urinário);
3. Cirurgias contaminadas – 20% (são aquelas em tecidos recentemente traumatizadas e abertas, colorizadas por flora bacteriana abundante de difícil ou impossível descontaminação, sem supuração local). Presença de inflamação aguda na incisão cirúrgica e grande contaminação a partir do tubo digestivo. Inclui obstrução biliar e urinária;

Itens Revisados:
Itens Excluídos:

4. Cirurgias infectadas – 40% (são aquelas realizadas na presença do processo infeccioso e/ou tecido necrótico).

Declara ainda ter lido as informações contidas no presente instrumento, as quais entenderam perfeitamente e aceitaram, compromissando-se respeitar integralmente as instruções fornecidas pelo (a) médico (a), estando ciente que sua não observância poderá acarretar riscos e efeitos colaterais a si (ou ao paciente).

Declara, igualmente, estar ciente de que o tratamento adotado não assegura a garantia da cura, e que a evolução da doença e do tratamento pode obrigar o (a) médico (a) a modificar as condutas inicialmente propostas, sendo que, neste caso fica o (a) mesmo (a) autorizado (a), desde já, a tomar providências necessárias para tentar a solução dos problemas sugeridos, segundo seu julgamento.

Finalmente, declara ter sido informado a respeito de métodos terapêuticos alternativos e está atendido em suas dúvidas e questões, através de linguagem clara e acessível.

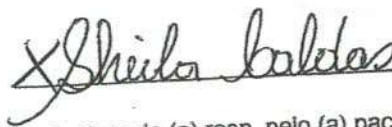
Assim, tendo lido, entendido e aceito as explicações sobre os mais comuns RISCOS e COMPLICAÇÕES deste procedimento, expressa seu pleno consentimento para sua realização.

Código de Ética Médica – Art. 59º - É vedado ao médico deixar de informar ao paciente o diagnóstico, o prognóstico, os riscos e objetivos do tratamento, salvo quando a comunicação direta ao mesmo possa provocar-lhe dano, devendo, nesse caso, a comunicação ser feita ao seu responsável legal.

Lei 8.078 de 11/09/1990 – Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: Art.9º - O fornecedor de produtos e serviços potencialmente perigosos à saúde ou segurança deverá informar de maneira ostensiva e adequada, a respeito de sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto. **Art.39º** - É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços dentre outras práticas abusivas: VI- Executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.

Aracaju (Se), _____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) paciente - RG



Assinatura do (a) resp. pelo (a) paciente - RG

Assinatura do médico – CRM

SÃO MARCOS HOSPITALAR LTDA - HOSPITAL UNIMED

Rua Campo do Brito, nº 1000
CNPJ: 155927850001-06

Aracaju - SE Fone: (0XX79) 2106-4848

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE RISCO DE QUEDA

Queda pode ser definida como "o deslocamento não intencional do corpo para um nível inferior à posição inicial com incapacidade de correção em tempo hábil, determinado por circunstâncias multifatoriais, comprometendo a estabilidade" (SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA, 2013).

As quedas são frequentes entre idosos e crianças e são importantes fatores de agravamento da saúde do paciente, pois podem provocar fraturas, hemorragias e óbito em alguns casos. Esses eventos ocorrem com mais frequência entre aquelas pessoas que apresentam histórico de quedas, limitações e/ou necessitam de ajuda para realização de atividades do dia a dia como andar, vestir-se ou tomar banho. O uso de alguns tipos de medicamentos também pode contribuir para o aumento do risco de queda. Salienta-se ainda que o uso de muletas, bengalas e andadores não apresenta proteção contra esse tipo de evento.

Após avaliação do risco de queda do Sr.(a) KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS, internado neste hospital no LEITO 07, portador do RG37140302, orientamos:


- I- Manter as grades da cama sempre elevadas;
- II- Supervisão/auxílio da enfermagem para levantar-se, ir ao banheiro, bem como durante o banho;
- III- Atentar-se para objetos deixados nas passagens;
- IV- Atentar-se para o travamento de camas e cadeira de rodas;
- V- Não manter quarto totalmente escuro;
- VI- Utilizar calçados antiderrapantes;
- VII- Manter campainha e objetos pessoais ao alcance do paciente;
- VIII- Solicitar ajuda da enfermagem sempre que tiver necessidade de ajuda ou dúvidas.

Data:

Após esclarecimento, eu Roberto Rodrigues, informo que fui devidamente orientado quanto ao risco de queda do paciente que acompanho, bem como as formas de prevenção deste evento adverso.

Assinatura do acompanhante

Assinatura enfermeiro

Hospital Unimed	INFORMAÇÕES AO CLIENTE	
ITENS REVISADOS: ITENS EXCLUIDOS:		

Aos Clientes do Hospital Unimed

O Hospital Unimed possui um serviço de anestesia composto de anestesistas plantonistas que pertencem à COOPANEST-SE, Cooperativa dos Anestesistas do Estado de Sergipe. Esta cooperativa mantém convênio com os planos abaixo.

Convênios:

Assem

Camed

Cassind

G Barbosa

Funcef / Saúde Caixa

Previmed / Cagipe

Cehop / Assec

Ipesaude

Caso seu plano de saúde não esteja incluído, comunicamos a V. Sra. que na ocasião da alta, será apresentado honorários do médico anestesista que prestou seus serviços. Caso seja do vosso interesse contato prévio com o profissional, a instituição facilitará o acesso ao mesmo.

Atenciosamente
 Dr^a Edison Cunha
 Diretor Clínico

Ciente,



Assinatura do Cliente ou Responsável

REGISTRO DE ATENDIMENTO	INFORMAÇÕES AO CLIENTE	Unimed Sergipe
ITENS REVISADOS:		
ITENS EXCLUIDOS:		

NOTIFICAÇÃO

Prezado Cliente e Familiares,

Diante dos frequentes episódios de golpes envolvendo o nome de estabelecimentos hospitalares, noticiados não somente em Sergipe como também em todo o Brasil, gostaríamos de esclarecer que **O HOSPITAL UNIMED NÃO SOLICITA DEPÓSITO BANCÁRIO DE QUALQUER VALOR MONETÁRIO REFERENTE A EXAMES OU PROCEDIMENTOS DE PACIENTE INTERNADOS EM NOSSA INSTITUIÇÃO.**

Em caso de solicitação dessa modalidade, especialmente por via telefônica, sugerimos dirigir-se imediatamente nossa instituição para esclarecimento e, se necessário, entrar em contato com a autoridade policial.

Atenciosamente,


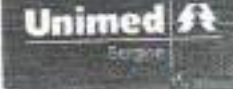
Aracaju, 20/05/2018

Setor de Internamento

Ciente em ____/____/____

Paciente : _____

Responsável: Xheila Baldas

	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ANESTESIA E SEDAÇÃO	
Itens Revisados:		
Itens Excluídos:		

Dados do Paciente

Nome : KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS
 Convênio : UNIMED
 Data Nascimento : 26/11/1997 - 20a 5m 23d

Atendimento : 00666017
 Data Atendimento: 20/05/2018 21:51

Autorizo o Dr(a). _____, Crm _____, ou outro médico credenciado ao Hospital Unimed SE a realizar o procedimento de Anestesia/Sedação, para o Procedimento ou Exame: : a qual serei submetido em data atual. A proposta desse procedimento Anestesia/Sedação possui benefícios, riscos, complicações potenciais e alternativas que me foram explicadas claramente. Tive a oportunidade de fazer perguntas, que me foram respondidas satisfatoriamente. Entendo que não exista garantia absoluta sobre os resultados a serem obtidos, mas que serão realizados todos os recursos, medicamentos e equipamentos disponíveis no hospital em busca do melhor resultado.

Autorizo qualquer outro procedimento, exames, tratamento ou cirurgia, em situações imprevistas que possam ocorrer e necessitem de cuidados diferentes daqueles inicialmente propostos. Confirmando que recebi explicações, li, compreendi e concordo com os itens acima referidos, e que me foi dada a oportunidade de anular qualquer espaço em branco, palavras ou parágrafos com o qual não concordasse.

Paciente/Responsável Legal

Nome : SHEILA CALDAS NASCIMENTO
 Grau de Parentesco:
 CPF : 00661648508

Aracaju, 20/05/2018 21:52


 Assinatura Paciente e/ou Responsável

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO CIRUGIAS E PROCEDIMENTOS INVASIVOS

Por este instrumento particular o (a) paciente KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS ou seu responsável, declara, para todos os fins legais, especialmente do disposto no artigo 39, VI, da Lei 8.078/90 que dá plena autorização ao médico assistente para proceder as investigações necessárias ao diagnóstico do seu estado de saúde, bem como executar o tratamento cirúrgico proposto, e os procedimentos que o incluem, inclusive anestésias ou outras condutas médicas em caráter de urgência que tal tratamento médico possa requerer, podendo o referido profissional valer-se do auxílio de outros profissionais de saúde. Declara, outrossim, que o médico assistente, atendendo ao disposto nos arts. 22º e 34º do Código de Ética Médica e no art. 9º da Lei 8.078/90 (abaixo transcritos) e após a apresentação de métodos alternativos, sugeriu tratamento médico-cirúrgico, prestando informações detalhadas sobre o diagnóstico e sobre os procedimentos a serem adotados no tratamento sugerido e ora autorizado, especialmente as que se seguem:

Procedimento(s) e/ou Cirurgias(s): AMPUTAÇÃO DE DEDO - MÍNIMA

Declara ainda ter sido esclarecido (a) a respeito de complicações inerentes a qualquer ato cirúrgico, bem como aquelas específicas do tipo de ato operatório ao qual será submetido (a). Esclarecimentos relativos ao tópico **INFECÇÃO RELACIONADA À ASSISTÊNCIA À SAÚDE** A legislação nacional vigente obriga os hospitais a manterem uma comissão e um programa de prevenção de infecções relacionadas à assistência à saúde.

Mesmo tomando-se todas as medidas possíveis para a prevenção de infecções, tanto por parte do cirurgião e equipe, quanto por parte do hospital, esse risco existe e deve sempre ser considerado. Declara ainda, ter lido as informações contidas no presente instrumento, as quais entendeu perfeitamente, e aceitou, comprometendo-se a respeitar integralmente as instruções fornecidas pelo(a) médico(a), estando ciente de que sua não observância poderá acarretar riscos e efeitos colaterais a si (ou ao paciente).

Declara, igualmente, estar ciente de que o tratamento adotado não assegura a garantia de cura, e que a evolução da doença e do tratamento podem obrigar ao (a) médico (a) a modificar as condutas inicialmente propostas, sendo que, neste caso, fica o(a) mesmo(a) autorizado(a), desde já, a tomar providências necessárias para tentar a solução dos problemas surgidos cuja resolução seja de urgência ou emergência, segundo seu julgamento.

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO DOC 01 CC. Implantação: 04/2017 Hospital Unimed - São Marcos Hospitalar Ltda de Aracaju, SE CNPJ 15.592.785/0001-06. Rua Campo do Brito, 1000 - São José - Aracaju - cep: 49015-460 Finalmente, declara ter sido informado a respeito de métodos terapêuticos alternativos e estar atendido em suas dúvidas e questões, através de linguagem clara e acessível. Assim, tendo lido, entendido e aceito as explicações sobre os mais comuns RISCOS E COMPLICAÇÕES deste procedimento, expressa seu pleno consentimento para sua realização.

Aracaju (SE),

Shirley Baldas
Ass. Paciente e/ou Responsável



Nome: RG/CPF:

Preenchimento Médico:

Ass. Médico Assistente - CRM

Código de Ética Médica - Art. 22º. É vedado ao médico deixar de obter consentimento do paciente ou de seu representante legal após esclarecê-lo sobre o procedimento a ser realizado, salvo em caso de risco iminente de morte. Art. 34º. É vedado ao médico deixar de informar ao paciente o diagnóstico, o prognóstico, os riscos e os objetivos do tratamento, salvo quando a comunicação direta possa lhe provocar dano, devendo, nesse caso, fazer a comunicação a seu representante legal. Lei 8.078 de 11/09/1990.

Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: Art. 9º - O fornecedor de produtos ou serviços potencialmente perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto. Art. 39º - É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços dentre outras práticas abusivas: VI - executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.

	SERVIÇO DE ENFERMAGEM Ficha de Pré e Transoperatório		
	Itens Revisados _____ Itens Excluídos _____		

Unidade: _____ Data: 1/1 Atendimento: _____
 Paciente: Regina Helena Córdova Freitas
 Idade: 30 Sexo: F Leito: _____ Convênio: Unimed
 Data da Internação: 30/05/18 Data da Cirurgia: 31/05/18 Hora da Cirurgia: 14h
 Cirurgia Proposta: Amputação

PRÉ-OPERATÓRIO

Condições Gerais:
 Calmo ☒ Orientado ☐ Ansioso ☐ Outros: _____ Peso: 65 kg Altura: 1,60

Sinais Vitais:
 T 36 °C FC 80 FR 18 PA 120 x 80 Dor (0-10) _____

História Pregressa:
 Hipertensão Arterial ☒ Mastectomia: D ☒ E ☒ Diabetes Mellitus ☐ Membro Amputado: _____
 Cardiopatia ☐ Fístula Arteriovenosa: MSD ☒ MSE ☒ ALERGIA: Não
 Tabagismo ☒ Quantos Cigarros por Dia: _____ Etilismo ☐

Próteses/Implantes:
 Ocular: D ☒ E ☒ Auditiva: D ☒ E ☒ Ortopédica ☒ Marca-Passo ☒

Retirado:
 Prótese Dentária ☒ Lente de Contato ☒ Joias ☐ Outros: _____

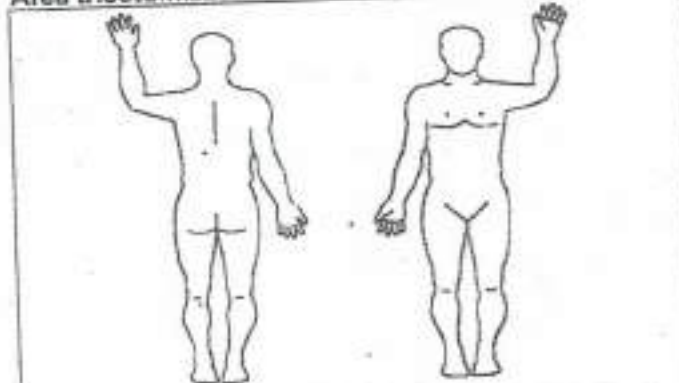
Preparo:	Descrição	Hora	Executado por	Descrição	Hora	Executado por
Jejum a partir	<u>26</u>	<u>Paciente</u>	Pré-Anestésico			
Banho	<u>14</u>	<u>H</u>	Preparo Intestinal			
Higiene Oral	<u>14</u>	<u>H</u>				

Punção Venosa: _____ Hora: _____

Realizada por: Samyra
 Dispositivo: _____ Gelco nº _____ Scalp nº _____ Outros: _____

Local da Inserção: _____

Área tricotomizada:



Colocar:

Camisola ☒

Gorro ☐

Propé ☐

Outras anotações: _____

Exames Encaminhados ao Centro Cirúrgico:

Laboratoriais ☐ ECG ☐ RX ☐ TC ☐ RNM ☐ USG ☐ Outros: _____

Responsável pela Execução dos Procedimentos: _____ () Téc. Enfermagem _____ () Enfermeiro(a) _____

Encaminhado ao Centro Cirúrgico por: _____ Hora: _____

TRANSOPERATÓRIO

Hora:

Recebido no Centro Cirúrgico por:

Nível de Consciência:

Acordado () Sonolento () Calmo () Orientado () Agitado ()

Informações Gerais:

Sala Operatória n.º 3

Circulante(s): *Harley* HS Início da Anestesia: *22:10* HS Início da Cirurgia: *22:15* HS
Entrada na S.O.: *22:05* HS Término da Anestesia: *20:00* HS Saída da S.O.: *23:15* HS
Término da Cirurgia: *23:00* HS

Cirurgia Realizada:

Equipe Cirúrgica:

Cirurgião Dr.(a): *Denis Cabral*

Assistente Dr.(a):

Instrumentador(a): *Fernando*

Anestesiologista Dr. (a): *O. P. P.*

Anestesia:

Geral Venosa () Peridural com Cateter () Bloqueio () Sedação + Local ()
Geral Inalatória () Peridural sem cateter () Sedação () Bloqueio + Local ()
Geral Combinada (V+I) () Raqui-anestesia () Local () Bloqueio + Sedação ()

Dispositivos:

Tubo Endotraqueal n.º () Com Cuff () Sem Cuff () Tubo Aramado n.º ()
Máscara Laringea n.º () Outros:

Assepsia:

PVPI Degermante () PVPI Tópico () PVI Tintura () Clorexedina Degermante ()
Clorexedina Alcolica () Outros:

Equipamentos e Acessórios:

Carro de Anestesia () Capnógrafo () Oxímetro () Cardíaco ()
PA Invasiva (PAI) () PA não Invasiva (PANI) () Vídeo Unimed () Garrote Pneumático ()
Microscópio () Desfibrilador () Manta Térmica () Termômetro ()
Outros:

Bombas de Infusão:

Difusor () Infusão Contínua () De seringa () Outra ()

Coxins:

Cabeça () Auricular () Occipital () MSD () MSE () MID () MIE () Calcâneo ()
Ombro () Dorso D () Dorso E () Lombar () Tórax D () Tórax E () Pelve ()
Outros:

Ataduras Para Contenção:

Punho D () Punho E () Joelho D () Joelho E () Outra ()

Gesso:

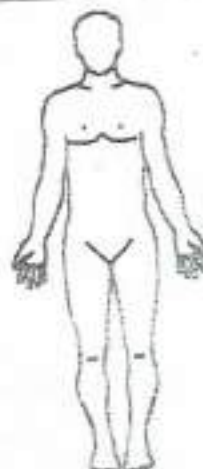
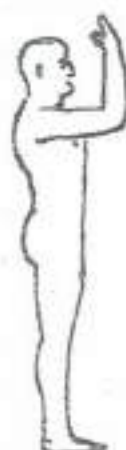
MSD () MSE () MID () MIE () Outro ()

Bisturi Elétrico:

Monopolar () Bipolar () Ultra Cision () Outros Bisturis ()

Legenda:

- ☐ Eletrodos
- ☐ Incisão Cirúrgica
- ☐ Placa de Bisturi
- ☐ Garrote Pneumático



Controle de Compressas				Posição de Paciente durante o Ato Operatório	
Grande		Pequena		Dorsal ou Supino	Sims
Fornecidas	Devolvidas	Fornecidas	Devolvidas	Ventral ou Prone	Lateral D
05	05	05	05	Ventral of Flexão dos Joelhos	Lateral E
				Trendelenburg	
				Trendelenburg Reverse	
				Ginecológica ou Litotômica	

Sondas / Drenos e Cânulas:

() Gástrica n.º	() Nasoenteral n.º	() Fouchet n.º	() Tórax n.º
() Kher	() Penrose n.º	() Sucção n.º	() Tórax n.º
() Traqueostomia	() Guedel n.º	() Sonda Vesical Foley	() N.º Vias n.º
() Passagem da sonda sem restrição	() Com Restrição	() Aspecto da urina drenada	() Passada por:

Infusão / Soluções:

Volume	Descrição	Quantidade	Volume	Descrição	Quantidade
250 ml	S. Fisiológico 0,9%		250 ml	S. Glicofisiológico	
500 ml	S. Fisiológico 0,9%		500 ml	Manitol e Sorbitol	
1000 ml	S. Fisiológico 0,9%	1111	1000 ml	Glicina	
500 ml	Ringer Lactato	1	500 ml	Água Destilada	
500 ml	S. Glicosado				

Sangue e Derivados:

Descrição	Quant.	Hora	Quant.	Hora	Quant.	Hora	Quant.	Hora
Concentrado de Hemácias								
Plasma								
Plaquetas								
Crioprecipitado								

Expansores Plasmáticos:

Descrição	Quant.	Hora	Quant.	Hora	Quant.	Hora	Quant.	Hora
Albumina								

Contraste: Via: Tipo: Volume:

Medicações			Medicações		
Nome	Via	Hora	Nome	Via	Hora
Diazepam	EV	22:30			
Keppon	EV	22:00			

Diurese Desprezada em Sala:

Hora	Volume	Aspecto	Hora	Volume	Aspecto

Encaminhamento de Espécime para Laboratório de Anatomia Patológica:


Fakouri ()	Sônia Lima ()	Mônica ()	Couto ()
-------------	----------------	------------	-----------

Outros Serviços Requisitados:

RX ()	Intensificador ()	Laboratório de Análises Clínicas ()	Banco de Sangue ()	Outros ()
--------	--------------------	--------------------------------------	---------------------	------------

Anotações de Enfermagem:

At. polipático no S.O. procedente da urgência do bloco, com
 avaliação, responder as solicitações venhas. Em uso de oxigênio no
 nível do Pe E. Monitorado SPO 95 50 70. Realizado adocis + hto para
 por p.13 parâmetros (balança) limpo com S.O.
 Grew da cirurgia si entes corais
 S.O.
 cirurgia em trans - operatório não foi
 tempo de procedimento
 At. monitorado p.13 após at. cirurgia si entes corais
 SPO 99 P. 100 bpm
 2



Paciente Encaminhado para:

SRPA ()	UTI ()	Semi-intensiva ()	Enf./Apto ()	Alta ()	Sala de Preparo ()
----------	---------	--------------------	---------------	----------	---------------------

Prontuário Contendo:

Exames Laboratoriais ()	RX ()	ECG ()	USG ()	TC ()	RNM ()	Outros:
Peça Cirúrgica ():	Pertences ()					

Enfermeira / Coren

Data: 20/05/18

CARIMBOS DA HEMOTERAPIA

Anotações de Enfermagem:

Act. polipático no S.O. procedente da urgência de laboratório, com
 exames, respondendo as solicitações verbais. Em 10 de Junho de 2018
 assistido do Dr. E. Montenegro S.O. 99 50 70. Realizado exames + bloques
 nos 1º e 2º graus catenais (realizados sempre com SF).
 Trecho da cirurgia si interconexão

efe
 cirurgia que tras - operação satisfatória

Tempo do procedimento

Act. realizada p/ 100 após act. cirurgia si interconexão

S.O. 99 50 70

Paciente Encaminhado para:

SRPA ()	UTI ()	Semi-intensiva ()	Enf./Apto ()	Alta ()	Sala de Preparo ()
----------	---------	--------------------	---------------	----------	---------------------

Prontuário Contendo:

Exames Laboratoriais ()	RX ()	ECG ()	USG ()	TC ()	RNM ()	Outros:
Peça Cirúrgica ()	Pertences ()					

Enfermeira / Goren

Data: 20/05/18

CARIMBOS DA HEMOTERAPIA

Ficha de Cirurgia Descritiva

Aviso de Cirurgia : 82355
Paciente : 8964154

Convênio Atend. : 8
Leito : 420

Dt. Início : 20/05/2018 21:54

Cid Pré-Operatório : S924

Cid Pós-Operatório : S924

Sala : 0002 SALA 2

KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS

UNIMED

LEITO 07

Dt. Fim : 20/05/2018 22:54

FRATURA DO HALUX

FRATURA DO HALUX

Atendimento : 666017

Carteira : 08650001816752006

Idade : 20 Anos

Procedimentos

Procedimento: 30722071

Convênio: 008

Anestesia:

AMPUTAÇÃO DE DEDO (CADA) - TRATAMENTO CIRURGICO (PRINCIPAL)

UNIMED

Equipe Médica

CIRURGIAO

4163 DENIS CABRAL DUARTE

Descrição

Descrição Cirúrgica :

PACIENTE EM DDH SOB SEDAÇÃO E BLOQUEIO REGIONAL
A + A + LAVAGEM EXAUSTIVA DA LESÃO

CAMPOS ESTERÉIS
DESBRIDAMENTOS DE TECIDOS DESVITALIZADOS + RESSECÇÃO DE FALANGE DISTAL DO HALUX (AMPUTAÇÃO

TRAUMÁTICA)
FECHAMENTO POR PLANOS E REGULARIZAÇÃO DO COTO AMPUTADO
CURATIVO

Achados Cirúrgicos:

Descrição Complementar

02 MONONYLON 3.0,
03 SF 1000ML

Dr. Denis Cabral Duarte
CRM - 4163 - TEOT 12353
Ortopedia e Traumatologia
DR(A) : DENIS CABRAL DUARTE
CRM : 4163



FICHA DE ANESTESIA
ANESTESIA

Unimed

Itens Revisados

Itens Excluídos

Convênio

Nº Registro

Data

Idade

Nome

Quarto

Leito

Sexo

Cor

Auxiliares

Cirurgião

Diag. Preop

Cirurgia Realizada

Código Cirúrgico

Hora

Result

Pre-medicação

Risco Operatório - 1 - 2 - 3 - 4 Estado Físico - 1 -

Início Anest.

Início Op.

Altura Anest.

15 30 45 15 30 45 15 30 45

02

SORO
BANGUE

MONITOR E CG

MICROSCÓPIO ÓPTICO

OXÍMETRO PULSO

RX. SALA

CAPINÓGRAFO

INTENSIFICADOR IMAGEM

PAM NÃO INVASIVA

FURADEIRA ELÉTRICA

BISTURI ELÉTRICO

BOMBA INFUSÃO

ANOTAÇÕES

GROGAS

QUANT.

MATERIAL

Nº

QTD

1. *Propofol*

2. *KClagel*

3. *X. Colônia*

4. *X. Colônia*

5. *X. Colônia*

6. *X. Colônia*

7. *X. Colônia*

8. *X. Colônia*

9. *X. Colônia*

10. *X. Colônia*

11. *X. Colônia*

12. *X. Colônia*

13. *X. Colônia*

14. *X. Colônia*

15. *X. Colônia*

CATETER DE O.

SONDA DE

ASPIRAÇÃO

JELCO

SCALPE

TUSO ENDOTRA

QUEDEL

FAIXA SMARCH

AGULHA DESCART

INQUERIDUAL

AGULHA PLEXO

CATETER TIPO

OCULOS

Agente Anestésico

Técnica

Posição

Local punção

Líquido retirado

Aparelho

Indução

Técnica

Posição após

Posição Operatória

Duração da Operação

Duração da Anestesia

Consol

Condição no final da Operação

Observações

GASES l/min h

O₂

N₂O₂

Nitrogênio

Sis

ENCAMINHADO A: HORÁRIO ENTRADA

SRPA

SRPA

Hospital Unimed		CONSUMO DE:		Unimed	
() SALA OPERATÓRIA () SRPA					
Data Realizada:		Apó:		Nº do prontuário:	
Data Excluído:				Convênio:	
Nome do paciente:		1º Auxiliar:		2º Auxiliar:	
Procedimento realizado:		Anestesia:		Instrumentador:	
Anestesiologista:		Sala(SO):		Leito (SRPA):	
Circulante:					

MATERIAIS	QUANTIDADE	MATERIAIS	QUANTIDADE
GUA OXIGENADA 10 VOL		LUVA ESTERIL Nº 8,5	
GULHA DE RAQUI		MALHA TUBULAR P/MEMBRO	
GULHA DE SUTURA		MASCARA DESCARTAVEL	
GULHA DE VERES		MICROPORE	
GULHA ESTIMULADOR NERVO PERIFERICO 50() 100 ()		PLACA ELETROCIURGICA	
GULHA HIPODERMICA		POLIFIX	
GULHA PERIDURAL		PROPPES DESCARTAVEIS	
GULHA FLEXO		SERINGA DESCARTAVEL 10ML	
LCOL 70 %		SERINGA DESCARTAVEL 1ML	
LEGADO DE OTORRINO		SERINGA DESCARTAVEL 20ML	
LEGADO ORTOPEDICO		SERINGA DESCARTAVEL 3ML	
LEGADO(BOLA)		SERINGA DESCARTAVEL 5ML	
TADURA DE CREPE 10 CM		SERINGA DESCARTAVEL 60ML	
TADURA DE CREPE 15 CM		SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL	
TADURA DE CREPE 30 CM		SONDA DE FOLEY (2 VIAS)	
TADURA DE GESSO 15 CM		SONDA DE FOLEY (3 VIAS)	
ZUL DE METILENO		SONDA NASOGASTRICA	
AMPO IMPERMEAVEL 1,4CM		SONDA NELATON URETRAL	
ANULA ENDOTRQUEAL C/BALAO		SONDA RETAL	
ANULA ENDOTRQUEAL S/BALAO		SURGICEL	
APA DE INTENSIFICADOR		TORNETIRINHA DESCARTAVEL 3 VIAS	
APA DE MICROSCOPIO		TRANSOFTX	
APA DE VIDEO		TRAQUEOSTOMO	
ATETER EPIDURAL		TUBO ARQUIADO C/5 BALAO Nº	
ATETER PARA OXIGENIO TIPO OCULOS		TUBO DE VENTILACAO	
LOREXIDINA ALCOOLICA		VASELINA LIQUIDA	
LOREXIDINA AQUOSA			
LOREXIDINA DESGERMANTE			
OLETOR DE URINA FECHADO			
OLETOR URINA			
COMPRESSA COTTONOIDE			
COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5			
COMPRESSA GRANDE 45X50			
COMPRESSA PEQUENA 25X23			
OTONETE			
RENO DE KEHR			
RENO DE PENROSE			
RENO DE SUCCAO CONTINUA			
RENO TUBULAR			
LETRODO BIS			
LETRODO DESCARTAVEL 05 UND			
QUIPO DE BOMBA			
QUIPO MACROGOTAS			
QUIPO MACROGOTAS C/INJETOR			
QUIPO MACROGOTAS C/INJETOR			
QUIPO MULTIVIAS			
QUIPO SIMPLES			
SCOVA MARCODINE P.V.P.I			
SPARADRAPO COMUM			
SPATULA			
TH-BOND			
XTENSET			
ALCA SMARCH			
ULTRO BARREIRA			
LYA CARDIACA			
ORMOL LIQUIDO			
ELASCO DE BIOPSIA () 2L () 1L () 500ML () 80			
GAZE ALGODOADO			
GAZE DE OTORRINO			
GAZE VASELINADA			
ELFOAN			
TORRO DESCARTAVEL			
TEMODERIVADO			
NTRACATH			
ELCO			
AMINA BISTURI			
ANCETA DESCARTAVEL			
ATEX 05 MTS			
ATEX 04 MTS			
JGA CLIP PLT - 300() 400 ()			
LUA DE PROCEDIMENTO			
LUA RETORNO A.B.E.F			

FIOS	QUANTIDADE
CATGUT CROMADO	
CATGUT CROMADO	
CATGUT CROMADO	
CATGUT SIMPLES	
CATGUT SIMPLES	
FIO DE ALGODAO COMUM	
FIO DE ALGODAO PRETO	
FIO DE ALGODAO PRETO/AGULHA	
FIO DE SEDA PRETA	
MONOCRYL	
MONONYLON	3,0
MONONYLON	
MONONYLON	
MONONYLON P/ MICROCIURGIA	
POSPOLIDIOXANONA	
POLYCOT	
PROLENE COMUM	
PROLENE VASCULAR	
VICRYL	
VICRYL	
VICRYL	

EQUIPAMENTOS	USO
APARELHO DE ANESTESIA	
APARELHO DE ENDOSCOPIA	
APARELHO P/VIDEOLAPAROSCOPIA	
BIS	
BISTURI ELETRICO () BIPOLAR () MONOPOLAR	
BISTUTI ULTRACISION	
CAPNOGRAFO	
DEFIBRILADOR	
ESTIMULADOR DE NERVO PERIFERICO	
FIBROSCOPIO	
INTENSIFICADOR DE IMAGEM	
MANTA TERMICA	
MICROSCOPIO	
MONITOR CARDIACO	
OXIMETRO DE PULSO	
RESSAC ART. MEDIA NAO INVASIVA/PAMNI	
ULTRA-SON	
VIDEO ARTROSCOPIO	
VIDEO LAPAROSCOPIO	

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE
CATERETERISMO VESICAL	

SALA:

MEDICAMENTOS	QUANTIDADE
NARCAN D,9MG/1ML	
NAROPIN 10MG/20ML	
NEOCAINA ISOBARICA	
NIMBEXUM AMP 5ML	
NIPERIDOL AMP 2ML	
NOVALGINA AMP 2 ML	
NOVAMIN AMP 2ML	
NUBAIN 10MG/1ML	
PANCURON 2MG/2ML	
PANTOZOL 40MG/10ML	
PLASIL 10MG/2ML	
POMADA OFTÁLMICA	
PROFENID 100MG IV	
PROSTIGMINE AMP 1ML	
QUELICIN 500MG	
RAPIFEN/ALFAST AMP 5ML	
REVIVAN 50MG/10ML	
SEVORANE 750ML	
SOLUCORTEF	
SOLUMEDROL	
SORO FISIOLÓGICO 10 ML	
SORO FISIOLÓGICO 1000 ML	100 /
SORO FISIOLÓGICO 500 ML	
SORO GLICOFISIOLÓGICO	
SORO GLICOSADO 10%	
SORO GLICOSADO 5%	
SORO RINGER C/LACTATO	
SUBGALATO DE BISMUTO	
TILATIL 20MG/40MG	
TRAMAL/TRAMADON 100MG/2ML	
TRAMAL/TRAMADON 50MG/1ML	
TRANSAMIN AMP 5ML	
TROFODERMIN 30G	
ULTIVA	
VOLTAREN 75 MG	
XILOCAÍNA 1% C VASO	
XILOCAÍNA 1% S VASO	
XILOCAÍNA 10% SPRAY	
XILOCAÍNA 2% C VASO	
XILOCAÍNA 2% S VASO	01 /
XILOCAÍNA GELÉIA 2%	
ZOFRAN / NALUSEDRON 4MG/2ML	
GASES	QUANTIDADE
AR COMPRIMIDO	
GÁS CARBÔNICO	
OXIGÊNIO (h)	
PROTOXIDO DE AZOTO (h)	

() SALA OPERATÓRIA () SRPA

Itens Revisados:

Itens Excluídos:

Nome do paciente:

Cirurgia realizada:

Cirurgião:

Anestesiologista:

Circulante:

1º Auxiliar:

Anestesia:

Sala(SO):

Aptº:

Nº do prontuário:

Convênio:

2º Auxiliar:

Instrumentador:

Leito (SRPA):

MATERIAIS	QUANTIDADE	MATERIAIS	QUANTIDADE
ÁGUA OXIGENADA 10 VOL		LUVA ESTÉRIL Nº 8,5	
AGULHA DE RAQUI		MALHA TUBULAR P/MEMBRO	
AGULHA DE SUTURA		MÁSCARA DESCARTÁVEL	
AGULHA DE VERES		MICROPOR	
AGULHA ESTIMULADOR NERVO PERIFÉRICO 50() 100 ()		PLACA ELETROCIRÚRGICA	
AGULHA HIPODÉRMICA		POLIFIX	
AGULHA PERIDURAL		PROPEX DESCARTÁVELS	
AGULHA PLEXO		SERINGA DESCARTÁVEL 10ML	
ALCOOL 70 %		SERINGA DESCARTÁVEL 1ML	
ALGODÃO DE OTORRINO		SERINGA DESCARTÁVEL 20ML	
ALGODÃO ORTOPÉDICO		SERINGA DESCARTÁVEL 3ML	
ALGODÃO(BOLA)		SERINGA DESCARTÁVEL 5ML	
ATADURA DE CREPE 10 CM		SERINGA DESCARTÁVEL 60ML	
ATADURA DE CREPE 15 CM		SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL	
ATADURA DE CREPE 30 CM		SONDA DE FOLEY (2 VIAS)	
ATADURA DE GESSO 15 CM		SONDA DE FOLEY (3 VIAS)	
AZUL DE METILENO		SONDA NASOGÁSTRICA	
CAMPIMPERMEÁVEL 1,4CM		SONDA NELATON URETRAL	
CANULA ENDOTRAQUEAL C/BALÃO		SONDA RETAL	
CANULA ENDOTRAQUEAL S/BALÃO		SURGICEL	
CAPA DE INTENSIFICADOR		TORNEIRINHA DESCARTÁVEL 3 VIAS	
CAPA DE MICROSCÓPIO		TRANSOFIX	
CAPA DE VÍDEO		TRAQUEOSTOMIA	
CATETER EPIDURAL		TUBO ARQUIADO C/S BALÃO Nº	
CATETER PARA OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS		TUBO DE VENTILAÇÃO	
CLOREXIDINA ALCOOLICA		VASELINA LÍQUIDA	
CLOREXIDINA AQUOSA			
CLOREXIDINA DEGERMANTE			
COLETOR DE URINA FECHADO			
COLETOR URINA			
COMPRESSA COTTONÓIDE			
COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5			
COMPRESSA GRANDE 45X50			
COMPRESSA PEQUENA 25X25			
COTONETE			
DRENO DE KEHR			
DRENO DE PENROSE			
DRENO DE SUÇÃO CONTÍNUA			
DRENO TUBULAR			
ELETRODO BIS			
ELETRODO DESCARTÁVEL 05 UND			
EQUIPO DE BOMBA			
EQUIPO MACROGOTAS			
EQUIPO MACROGOTAS C/INJETOR			
EQUIPO MACROGOTAS C/INJETOR			
EQUIPO MULTIVIAS			
EQUIPO SIMPLES			
ESCOVA MARCODINE P.V.P.I			
ESPALDADO COMUM			
ESPATULA			
ETHIBOND			
EXTENSET			
Faixa SMARCH			
FILTRO BARREIRA			
FITA CARDÍACA			
FÓRMOL LÍQUIDO			
FRASCO DE 30PSIA () 2L () 1L () 500ML () 100			
GAZE ALGODADO			
GAZE DE OTORRINO			
GAZE VASELINADA			
GELFOAM			
GORRO DESCARTÁVEL			
HEMODERIVADO			
INTRACATH			
JELCO			
LÂMINA BISTURI			
LÂNCETA DESCARTÁVEL			
LATEX 02 MTS			
LATEX 04 MTS			
LITICA CLIP PLT - 300() 400 ()			

Hospital Unimed

() SALA OPERATÓRIO () SRPA

Itens Revisados:

Itens Excluídos:

NOME DO PACIENTE:

Nº ATENDIMENTO:

CIRÚRGICA REALIZADA:

1º AUXILIAR:

CONVÊNIO:

CIRURGIÃO:

ANESTESISTA:

INSTRUMENTADOR:

ANESTESISTA:

SALA:

CIRCULANTE:

MEDICAMENTOS	QUANTIDADE
ADRENALINA AMP 1ml	
ÁGUA P/INJEÇÃO 10ml	
AMINOFILINA AMP 10ml	
AMPICILINA 1g	
AMPLICTEL AMP 5ml	
ATROPINA AMP 1ml	
BEXTRA	
BICARBONATO DE SÓDIO 10ml	
BRIDUIM	
BUSCOPAN COMPOSTO	
CEDILANIDE AMP 2ML	
CIPRO 200mg/100ML	
CIPRO 400mg/200ML	
CLEXANE 20mg/40mg	
CLORETO DE SÓDIO 20%	
CLORETO POTÁSSIO 19,1%	
COMPLEXO B AMP 2ML	
CONTRASTE - TELEBRIX () OMINIPAC ()	
DECADRON 2MG/4MG	
DEPOMEDROL	
DERMACERBUN 1% PRATA POM	
DIAZEPAN/VALIUM 10MG/2ML	
DIMORF 2MG	
DIPRIVAN P.F.S. AMP 50ML	
DIPRIVAN/PROPOFOL AMP 20ML	
DIPROSPAN	
DOLOSAL AMP 2ML	
DORMONID 05MG/05ML	
DORMONID 15MG/3ML	
EFORTIL AMP 1ML	
ESMERON	
FENERGAN AMP 2ML	
FENTANIL AMP 2ML	
FLAGYL 500MG/100ML	
FRAXIPARINA 0,3ML/0,6ML	
GENTAMICINA AMP 2ML	
GLICINA 2000ML	
GLICOSE 25% AMP 10ML	
GLICOSE 50% AMP 10ML	

MEDICAMENTOS	QUANTIDADE
NARCAN 0,4MG/1ML	
NAROPIN 10MG/20ML	
NEOCAINA ISOBARICA	
NIMBIUM AMP 5ML	
NISPERIDOL AMP 2ML	
NOVALGINA AMP 2 ML	
NOVAMIN AMP 2ML	
NUBAIN 10MG/1ML	
PANCURON 2MG/2ML	
PANTOZOL 40MG/10ML	
PLASTIL 10MG/2ML	
POMADA OFTÁLMICA	
PROFENID 100MG IV	
PROSTIGMINE AMP 1ML	
QUELICIN 500MG	
RAPIFEN/ALFAST AMP 5ML	
REVIVAN 50MG/10ML	
SEVORANE 250ML	
SOLUCORTEF	
SOLUMEDROL	
SORO FISIOLÓGICO 10ML	100 - 2
SORO FISIOLÓGICO 1000 ML	1
SORO FISIOLÓGICO 500 ML	
SORO GLICOFISIOLÓGICO	
SORO GLICOSADO 10%	
SORO GLICOSADO 5%	
SORO RINGER CLACTATO	
SUBGALATO DE BISMUTO	
TILATIL 20MG/40MG	
TRAMAL/TRAMADON 100MG/2ML	
TRAMAL/TRAMADON 50MG/1ML	
TRANSAMIN AMP 5ML	
TROFODERMIN 30G	
ULTIVA	
VOLTAREN 75 MG	
XILOCAÍNA 1% C VASO	
XILOCAÍNA 1% S VASO	
XILOCAÍNA 10% SPRAY	
XILOCAÍNA 2% C VASO	
XILOCAÍNA 2% S VASO	



RASTREABILIDADE DO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO

ITEMS REVISADOS

ATENDIMENTO: 666017

PACIENTE: Kelly Helena Mendes Freitas

CIRURGIÃO: Dr. Carlos

ANESTESISTA: Dr. Carlos

DATA DA CIRURGIA: 10-05-18

HORA DE INÍCIO: 08:00

AUX. CIRURGIÃO: Carlos e Maria

HORA DE TÉRMINO: 13:00

INTEGRAL

Etiqueta de Esterilização

Capote

Unitimed

Sector:

Data Esterilização: 17.05.18

Data Validade: 02.06.18

Número de Carga: 101

Autoclave PERÓXIDO () 01

Autoclave SERCON () 01

Autoclave SERCON () 02

Autoclave SERCON () 01

Autoclave SERCON () 02

Autoclave SERCON () 01

Autoclave SERCON () 02

Autoclave SERCON () 01

Autoclave SERCON () 02

Autoclave SERCON () 01

Autoclave SERCON () 02

Autoclave SERCON () 01

Autoclave SERCON () 02

Autoclave SERCON () 01

Autoclave SERCON () 02

Autoclave SERCON () 01

Unitimed

Etiqueta de Esterilização

Unitimed

Sector:

Data Esterilização: 10.05.18

Data Validade: 05.05.18

Número de Carga: 101

Autoclave PERÓXIDO () 01

Autoclave SERCON () 01

Autoclave SERCON () 02

Autoclave SERCON () 01

Autoclave SERCON () 02

Autoclave SERCON () 01



RASTREABILIDADE DO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO

ITEMS REVISADOS

ITEMS EXCLUIDOS

ETIQUETAS

☒ Esterilização
Material: bandagem

Unimed

☒ Esterilização
Material: cola

Unimed

Sector: CME
Data Esterilização: 17.05.18
Data Validade: 18.05.18

Número de Carga: 45618

Autoclave PERÓXIDO () 01

Autoclave SERCON () 01

45618

Sector: CME
Data Esterilização: 18.05.18
Data Validade: 19.05.18

Número de Carga: 45618

Autoclave PERÓXIDO () 01

Autoclave SERCON () 01

45618

Etiqueta de Esterilização
Material: cola

Unimed

Sector: CME
Data Esterilização: 19.05.18
Data Validade: 20.05.18

Número de Carga: 45618

Autoclave PERÓXIDO () 01

Autoclave SERCON () 01

45618

2

		Check list - Material Arsenal		
Nome Paciente:		Ketely Hylone - Carlos Paes		
Atendimento:				
Código	Descrição	Quantidade		
19020	Campo Cirúrgico 30 x 30	1		
19021	Campo Cirúrgico 45 x 45	1		
12750	Atadura Ortopédica Algodão 15cm			
12759	Atadura Crepom 10 cm	1		
12749	Atadura Crepom 15 cm			
12752	Atadura Crepom 30 cm			
19066	Gaze Algodoadada 10 x 30 cm			
19067	Gaze Algodoadada 15 x 30 cm			
12765	Compressa 7.5 x 7.5 (Gaze)	111		
12772	Malha Tubular 15 cm			
12774	Malha Tubular 12 cm			
21252	Fita Micropore 12 cm			
24176	Fita Micropore 25 cm			
30310	Fita Micropore 50 cm			
12770	Faixa Smarch 15 cm			
-	Gaze de Video			
-	Gaze de otorrino			
-	Algodão de otorrino			
-	Anel de ligadura (pct com 03 und)			
-	Anuscópio			
-	Tampão Vaginal			
-	Cotonete			
-	Espátula			
-	Palito			
-	Splint			

COD. 36277

FM-CME-026-01 - Check list Material Arsenal

Fios utilizados		Materiais especiais OPME	
Fio	Nº	Quantidade	Material
Nylon	3,0	10	
Nylon			
Nylon			
Vicryl			
Vicryl			
Vicryl			
Monocryl			
Monocryl			
Monocryl			
Algodão			
Algodão			
Prolene			
Prolene			
Carqui simples			
Carqui cromado			
PDS			
PDS			
ATENÇÃO PARA OPME RADIOFACO FAVOR NÃO ESQUECER DE SOLICITAR O RX DE CONTRASTE			
MATERIAL UTILIZADO NA MESA			
SORO - 1000 ml		111	
GELCO -			
ANESTÉSICO - 2/15V		11	
HEMOSTÁTICO -			
POMADA -			
CO2			

PRESCRIÇÃO: 595335 DATA: 20/05/2018 22:56
ATEND: 666017-KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS
UNID. INT.: CENTRO CIRURGICO LEITO: LEITO 07
FRATURA DO HALUX

1ª VIA
CID: 9

Rubrica
Médica

EVOLUÇÃO MÉDICA

POS OPERATORIO IMEDIATO DE AMPUTACAO TRAUMATICA DE HALUX
CD: ANALGESIA

Dr. Denis Cabral Duarte
CRM - 4163 - TEOT 12353
Ortopedia e Traumatologia
DENIS CABRAL DUARTE
CRM: 4163

21/05/18 Alta hospitalar

Dr. Denis Cabral Duarte
CRM - 4163 - TEOT 12353
Ortopedia e Traumatologia

PRESCRIÇÃO: 595335 DATA: 20/05/2018 22:56
ATEND: 666017-KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS
UNID. INT.: CENTRO CIRURGICO LEITO: LEITO 07
FRATURA DO HALUX



1ª VIA
CID: S924

Rubrica do
Médico

666017

PRESCRIÇÃO MÉDICA

DIETA

Qtd Unidade SN Apl Frequência Data Horários

1 DIETA BRANDA

ANTIBIOTICOS

Qtd Unidade SN Apl Frequência Data Horários

2 C.C. CEFAZOLINA SODICA (KEFAZOL) 1G PO
INJ. FA+DIL 10ML
-> AGUA P/ INJEÇÃO AMP C/ 10 ML

1 FA C/1G
2 AMP C/10ML

IV 3x ao dia [20/05] 22:56
[21/05] 08:56 14:56

SND

14 22

MEDICAMENTOS

Qtd Unidade SN Apl Frequência Data Horários

3 C.C. DAPIRONA SODICA (NOVALGINA) 500
MG/ML AMP 2ML
-> AGUA P/ INJEÇÃO AMP C/ 10 ML

1 AMP C/2ML
2 AMP C/10ML

IV 4 x ao dia [20/05] 22:56
[21/05] 04:56 10:56 16:56

14 22

4 C.C. CETOPROFENO (PROFENID) IV PO LIOF.
FA C/100MG
-> CLORETO DE SODIO 0,9% FR. C/100ML
-> AGUA P/ INJEÇÃO AMP C/ 10 ML

1 FA C/100MG
1 FRASC C/100M
1 AMP C/10ML

IV 12hs/12hs [20/05] 22:56
[21/05] 10:56

14 22

5 C.C. TRAMADOL (TRAMADON OU
TRAMAL) 100MG AMP 2ML-IV
Obs.: SE DOR

1 AMPOLA

IV MT/N [20/05] 22:56
[21/05] 08:56 14:56

SOS

Dr. Denis Cabral Duarte
CRM - 4163 - TEOT 12353
Ortopedia e Traumatologia

DENIS CABRAL DUARTE
CRM: 4163

Sonia

24/05/18 Alta hospitalar às 10 horas - Jencas

Dr. Denis Cabral Duarte
CRM - 4163 - TEOT 12353
Ortopedia e Traumatologia

Período de 20/05/2018 a 20/05/2018

Atendimento: 666017 KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS

Nascimento: 26/11/1997

Mãe: SHEILA CALDAS NASCIMENTO

Internação: 20/05/2018 CID: S924 FRATURA DO HALUX

Convênio: UNIMED

Leito: ENFERMARIA 102A

Unidade: ENFERMARIAS 1º ANDAR

Serviço: ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

Médico: DENIS CABRAL DUARTE

Evolução/Anotação: 00426521

Data: 20/05/2018 Hora: 23:53

ADMITO PACIENTE PROCEDENTE DO CENTRO CIRÚRGICO EM POI DE AMPUTAÇÃO TRAUMÁTICA DE HALUX, AOS CUIDADOS DE DRº DENIS. TRAZIDA DE MACA PELA ENFERMAGEM EM COMPANHIA DE FAMILIAR, POSICIONADA NO LEITO EM DECÚBITO DORSAL COM CABECEIRA E GRADES ELEVADAS PARA PREVENÇÃO DE QUEDA E BRONCOASPIRAÇÃO. ORIENTO A MANTER, SOBRE ROTINAS DO SETOR E A CHAMAR A ENFERMAGEM SEMPRE QUE NECESSITAR. ACORDADA, CONSCIENTE, ORIENTADA NO TEMPO E ESPAÇO, VERBALIZANDO, EUPNEICA EM VE CONFORTÁVEL SEM SUPORTE DE O2, ACIANÓTICA, ANICTÉRICA, AFEBRIL. EM USO DE AVP EM MSE(20/05) HIDROLISADO, CURATIVO LIMPO E SECO EM PÉ ESQUERDO. DIETA VIA ORAL JÁ LIBERADA E BEM ACEITA, DIURESE ESPONTÂNEA PRESENTE. NEGA COMORBIDADES E ALERGIA MEDICAMENTOSA. SEGUE SEM QUEIXAS E AOS CUIDADOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM.

2482 ANDREIA FERNANDES CHAVES DE ARAUJO
ENFERMEIRO(A)
COREN: 455336

ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM

NOME : KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS PRONT.: 08964154
ATEND. : 00666017 LEITO: ALA A ENF - 1º ANDAR, ENFERMARIA 102A
MÉDICO : DENIS CABRAL DUARTE CONV. : UNIMED
USUARIO: JANIA.ARAUJO DATA : 21/05/2018 05:29

HORA	PA (mmHg)	FC (bpm)	Tº Axilar	Rpm	DOR	GLICEMIA CAPILAR
06:00	120X80	72	35,8	98%		

GASOTERAPIA						EQUIPAMENTOS													
Oxigênio		Ar. Comprimido		Bomba Infusão		Bomba Dieta		Monitor Cardíaco		Oxímetro de Pulso		Meias Pneumáticas		Manta Térmica		Aspirador Manual		Desfibrilador	
I	T	I	T	I	T	I	T	I	T	I	T	I	T	I	T	I	T	I	T
0	0	0	0																
0	0	0	0																
0	0	0	0																

DRENO E SONDAS					
	Dreno Sução	Intracath	SVD	SNE	
Data da Instalação					
Nº de Dias					
Data da Troca					

CURATIVOS	

23:30 PACIENTE ADMITIDA NESTE SETOR PROCEDENTE DO CC EM POI DE AMPUTAÇÃO DE HALUX, CALMA, CONSCIENTE, ORIENTADA, VERBALIZANDO, AFEBRIL, EUPNEICA, ANICTERICA, ACIANOTICA, BOA MOVIMENTAÇÃO NO LEITO, NEGA COMORBIDADES E ALERGIA MEDICAMENTOSA. EM USO DE AVP EM MSD INFUNDINDO MEDICAÇÃO (PROFENID). SEGUE AOS CUIDADOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM. 24H PACIENTE ACEITOU BEM A DIETA OFERTADA PELO SND.
02H ADMINISTRADO MEDICAÇÃO DE HORARIO, CONFORME PRESCRITO. 04H PACIENTE SEGUE DORMINDO SEM INTERCORRENCIA.
06H ADMINISTRADO MEDICAÇÃO DE HORARIO, VERIFICO SSVV, CONFORME PRESCRITO. 06:30 PACIENTE SEGUE MANTENDO QUADRO. EM USO DE AVP EM MSD INFUNDINDO MEDICAÇÃO (PROFENID). SEGUE AOS CUIDADOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM.

OBS.: Descrever o curativo sinalizando aspecto, tipo de secreção (serosa, sanguinolenta, purulenta, odor), presença de fibrina, necrose ou granulação.

ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM

NOME :	KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS	PRONT.:	08964154
ATEND. :	00666017	LEITO:	ALA A ENF - 1º ANDAR, ENFERMARIA 102A
MÉDICO :	DENIS CABRAL DUARTE	CONV. :	UNIMED
USUARIO:	JANIA ARAUJO	DATA :	21/05/2018 05:29

HORA	PA (mmHg)	FC (bpm)	Tª Axilar	Rpm	DOR	GLICEMIA CAPILAR
06:00	120X80	72	35.8	98%		

GASOTERAPIA						EQUIPAMENTOS													
Oxigênio		Ar. Comprimido		Bomba Infusão		Bomba Dieta		Monitor Cardíaco		Oxímetro de Pulso		Meias Pneumáticas		Manta Térmica		Aspirador Manual		Desfibrilador	
I	T	I	T	I	T	I	T	I	T	I	T	I	T	I	T	I	T	I	T
0	0	0	0																
0	0	0	0																
0	0	0	0																

DRENO E SONDAS					
	Dreno Sucção	Intracath	SVD	SNE	
Data da Instalação					
Nº de Dias					
Data da Troca					

CURATIVOS	

23:30 PACIENTE ADMITIDA NESTE SETOR PROCEDENTE DO CC EM POI DE AMPUTAÇÃO DE HALUX, CALMA, CONSCIENTE, ORIENTADA, VERBALIZANDO, AFEBRIL, EUPNEICA, ANICTERICA, ACIANOTICA, BOA MOVIMENTAÇÃO NO LEITO, NEGA COMORBIDADES E ALERGIA MEDICAMENTOSA. EM USO DE AVP EM MSD INFUNDINDO MEDICAÇÃO (PROFENID). SEGUE AOS CUIDADOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM. 24H PACIENTE ACEITOU BEM A DIETA OFERTADA PELO SND.

02H ADMINISTRADO MEDICAÇÃO DE HORARIO, CONFORME PRESCRITO. 04H PACIENTE SEGUE DORMINDO SEM INTERCORRENCIA.

06H ADMINISTRADO MEDICAÇÃO DE HORARIO, VERIFICO SSVV, CONFORME PRESCRITO. 06:30 PACIENTE SEGUE MANTENDO QUADRO. EM USO DE AVP EM MSD INFUNDINDO MEDICAÇÃO (PROFENID). SEGUE AOS CUIDADOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM.

OBS.: Descrever o curativo sinalizando aspecto, tipo de secreção (serosa, sanguinolenta, purulenta, odor), presença de fibrina, necrose ou granulação

ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM

NOME : KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS PRONT.: 08964154
ATEND. : 00666017 LEITO: ALA A ENF - 1º ANDAR, ENFERMARIA 102A
MÉDICO : DENIS CABRAL DUARTE CONV. : UNIMED
USUÁRIO: CARLA SANTOS DATA : 21/05/2018 10:44

HORA	PA (mmHg)	FC (bpm)	Tª Axilar	Rpm	DOR	GLICEMIA CAPILAR



GASOTERAPIA				EQUIPAMENTOS											
Oxigênio		Ar. Comprimido		Bomba Infusão		Bomba Dieta		Monitor Cardíaco		Oxímetro de Pulso		Meias Pneumáticas		Manta Térmica	
I	T	I	T	I	T	I	T	I	T	I	T	I	T	I	T
0	0	0	0												
0	0	0	0												
0	0	0	0												

DRENO E SONDAS					
	Dreno Sucção	Intracath	SVD	SNE	
Data da Instalação					
Nº de Dias					
Data da Troca					

CURATIVOS	

07H PACIENTE NESTE SETOR EM POI DE AMPUTAÇÃO DE HALUX, CALMA, CONSCIENTE, ORIENTADA, VERBALIZANDO, AFEBRIL, EUPNEICA, ANICTERICA, ACIANOTICA, BOA MOVIMENTAÇÃO NO LEITO, NEGA COMORBIDADES E ALERGIA MEDICAMENTOSA. EM USO DE AVP E MSD INFUNDINDO MEDICAÇÃO. SEGUE AOS CUIDADOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM.
08H PACIENTE RECBEL VISITA DO MÉDICO QUE PRESCREVE ALTA A MESMA ENCAMINHADA ATÉ O CARRO DE CADEIRA DE RODAS ACOMPANHADA POR FAMILIARES + FUNCIONÁRIO SEM QUEIXAS.

OBS.: Descrever o curativo sinalizando aspecto, tipo de secreção (serosa, sanguinolenta, purulenta, odor), presença de fibrina, necrose ou granulação.

	<h2>TRANSFERÊNCIA DE PACIENTE INTERNO</h2>	
---	--	---

Paciente: Ketilly Hybena Carlos Freitas Idade: _____

De: CC Para: Internamento Data: 20/05/18 Hora: 23:00

Paciente Externo: (☒) Não (☐) Sim Origem: CC

Diagnóstico: Amputação de dedo Clínico (☐) Cirúrgico (☐)
Fratura de Halux

Comorbidades: _____

Isolamento: (☒) Não (☐) Sim Tipo: (☐) Contato (☐) Respiratório (☐) Precaução

Sinais Vitais: PA: _____ / _____ FC: _____ FR: _____ Tax: _____ Sat.O2: _____

Nível de Consciência:

(☒) Consciente (☒) Desorientado (☐) Sonolento (☐) Torporoso (☐) Comatoso (☐) Sedado

Padrão Respiratório: (☒) Ar ambiente (☐) Suporte de O2 (☐) VM

Dispositivos em Uso		Data	Especificar Dispositivo / Local
TOT / TQT	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não		
CVC / CVP	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não	<u>20/05/18</u>	<u>AVP - USE</u>
SVD	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não		
SNE / GTT	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não		
OUTROS:	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não		

Medicamentos em uso no ato da transferência: _____

Pele íntegra: (☐) Sim (☒) Não Especificar local: pele

Risco de: (☒) Queda (☒) Flebite (☐) Bronco aspiração (☐) UPP

Alergia: (☒) Não (☐) Sim Especificar: medic

Exames/Biópsia Pendentes: (☒) Não (☐) Sim Especificar: _____

Avaliações Pendentes: (☒) Não (☐) Sim Especificar: _____

Solicitado Diarista: (☒) Não (☐) Sim Médico(a): _____

Uso de pulseira de identificação: (☒) Sim (☐) Não

Enf. Responsável: _____ Enf. Setor de Destino: _____

Atendimento: 666017

Dt Atendimento: 20/05/2018 - 21:51

Dt Alta: 21/05/2018 - 10:47

Paciente: 8964154 KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS

Serviço: 37 ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

Convênio: 8 UNIMED

Leito: 3 ENFERMARIA 102A

Plano: 4 INTERCAMBIO

Motivo Alta: 1 ALTA MELHORADA

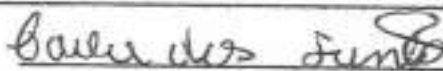
Usuário: CARLA.SANTOS

CID: S924

FRATURA DO HALUX

Procedimento de Alta 52160017 - AMPUTACAO AO NIVEL DO PE

Observação de Alta



CARLA DOS SANTOS

Ficha de Cirurgia Descritiva

Ordem Cirurgia: 82355	Sala: 0002	SALA 2	Atendimento: 666017
Paciente: 8964154	KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS		Carteira: 08650001816762008
Unidade Atend: 8	UNIMED		Idade: 20 Anos
Leito: 420	LEITO 07		
Inicio: 20/05/2018 21:54	DI. Fim: 20/05/2018 22:54		
Procedimento: S924	FRATURA DO HALUX		
Procedimento: S924	FRATURA DO HALUX		

Procedimentos

Procedimento: 30722071	AMPUTACAO DE DEDO (CADA) - TRATAMENTO CIRURGICO (PRINCIPAL)
Condição: 008	UNIMED
Observação:	

Equipe Médica

4163 DENIS CABRAL DUARTE

Descrição

Descrição Cirúrgica:

PACIENTE EM DDH SOB SEDAÇÃO E BLOQUEIO REGIONAL
LAVAGEM EXAUSTIVA DA LESÃO
CAMPOS ESTERÉIS
DEBRIDAMENTOS DE TECIDOS DESVITALIZADOS + RESSECÇÃO DE FALANGE DISTAL DO HALUX (AMPUTAÇÃO
TRAUMÁTICA)
FECHAMENTO POR PLANOS E REGULARIZAÇÃO DO COTO AMPUTADO
CURATIVO

Atividade Cirúrgica:

Descrição Complementar

DR(A): DENIS CABRAL DUARTE
CRM.: 4163



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

28/01/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que há pedido de justiça gratuita

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

29/01/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

</br>{Via Movimentação em Lote nº 201900011}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

31/01/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

É sabido que a Constituição Federal, em seu artigo 5º, LXXIV, exige a comprovação da insuficiência de recursos por parte do requerente da assistência judiciária gratuita. Diante disso, entendo que a mera declaração exigida pela Lei nº 1060/50 não foi recepcionada pelo ordenamento constitucional pátrio, pois como ensina a boa doutrina de hermenêutica jurídica as normas não possuem palavras desnecessárias/inúteis. Assim, intime-se a parte autora para, em 15 dias, comprovar sua situação de hipossuficiência financeira, trazendo aos autos documentos hábeis a comprovar suas alegações, como fatura de Energia com a inclusão da Tarifa Social, comprovação de inclusão em programas sociais do Governo Federal e/ou Estadual, contemporaneidade de gozo do benefício de auxílio-desemprego ou qualquer outro documento idôneo capaz de esclarecer a mencionada impossibilidade, sob pena de ser indeferida a gratuidade de plano. Nossa Senhora do Socorro/SE, 30 de janeiro de 2019.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Socorro

Nº Processo 201988100087 - Número Único: 0000433-08.2019.8.25.0053

Autor: KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS

Réu: DPVAT SUPERVISAO ANALISE DE SINISTRO

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

É sabido que a Constituição Federal, em seu artigo 5º, LXXIV, exige a comprovação da insuficiência de recursos por parte do requerente da assistência judiciária gratuita. Diante disso, entendo que a mera declaração exigida pela Lei nº 1060/50 não foi recepcionada pelo ordenamento constitucional pátrio, pois como ensina a boa doutrina de hermenêutica jurídica as normas não possuem palavras desnecessárias/inúteis.

Assim, intime-se a parte autora para, em 15 dias, comprovar sua situação de hipossuficiência financeira, trazendo aos autos documentos hábeis a comprovar suas alegações, como fatura de Energia com a inclusão da Tarifa Social, comprovação de inclusão em programas sociais do Governo Federal e/ou Estadual, contemporaneidade de gozo do benefício de auxílio-desemprego ou qualquer outro documento idôneo capaz de esclarecer a mencionada impossibilidade, sob pena de ser indeferida a gratuidade de plano.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 30 de janeiro de 2019.

k



Documento assinado eletronicamente por **Eneida Lupinacci Costa, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Socorro**, em 31/01/2019, às 10:02:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000219495-67**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

01/02/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: HEITOR SANTANA DA SILVA - 7137}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Reis & Silva
advogados associados

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE.**

Processo autuado sob o nº. 201988100085

KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por meio de seu advogado que está subscreve, vem, mui, respeitosamente, perante Vossa Excelência, requerer seja deferida a juntada do comprovante de rendimento em anexo.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, 01 de fevereiro de 2019.

Bel. Heitor Santana da Silva

OAB/SE 7.137

DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÃO
0024220 C.COML R TURISTA 23/08/2018
15:37:11 (Horário de Brasília) *****3107
ID:73920001-1296

COMPROVANTE SALARIAL

PAGAMENTO MENSAL

BANCO:237 AGENCIA:3162 TERM:00024220
23/08/2018 HORA:15:37 TRANS:359958

DADOS DA EMPRESA:

YAZAKI DO BRASIL
CNPJ: 1.641.045/0009-65

DADOS DO FUNCIONARIO:

KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS
CARGO:AUXILIAR PRODUCAO
MATRICULA:0000007607-7 ADMSSAO:08/08/17
CPF:057.773.735-00 RG:37.140.302-
PIS/PASEP:164.758.476/16 CTPS:058806-02

DATA DE PAGAMENTO:30.07.2018

DEP IRPF:00 DEP SAL.F:00 HORAS SEM:44
SALARIO BASE:1.047,00

N. FALTAS PERIODO DE FERIAS:00
BANCO:237 AGENCIA:3162 CONTRA:0022192-9

PERIODO AQUISITIVO FERIAS:
01.01.0001 A 01.01.0001

PERIODO GOZO:01.01.0001 A 01.01.0001

BASES/DEPOSITOS FGTS
BASE INSS:0,00

BASE INSS 13.O:0,00
BASE IRRF SALARIO:0,00

BASE IRRF 13.O:0,00
BASE IRRF FERIAS:0,00

BASE IRRF PPR:0,00
BASE FGTS:0,00

VALOR FGTS:0,00

DADOS DO COMPROVANTE:

MES REF.:07/2018 NRO.LOTE:000000123
COD. DESCRICAO VALOR

0316 PPR 295,83
TOTAL DOS CREDITOS 295,83

0319 PPR Liquido 208,33
0491 Seguro de Vida 2,43

TOTAL DOS DEBITOS 210,76

TOTAL LIQUIDO

Valor Salário Base:1.047,00
Valor FGTS:0,00

AS INFORMACOES ACIMA SAO DE EXCLUSIVA
RESPONSABILIDADE DA EMPRESA PAGADORA.

Bradesco sempre a frente



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

06/02/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Tendo em vista a petição tempestiva anexada em 01/02/2019, faço a conclusão dos autos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

06/02/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

10/02/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Defiro a gratuidade judiciária. Cite-se a requerida para apresentar contestação, no prazo de 15 dias, sob pena de revelia.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Socorro

Nº Processo 201988100087 - Número Único: 0000433-08.2019.8.25.0053

Autor: KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS

Réu: DPVAT SUPERVISAO ANALISE DE SINISTRO

Movimento: Despacho >> Concessão >> Assistência Judiciária Gratuita

Defiro a gratuidade judiciária.

Cite-se a requerida para apresentar contestação, no prazo de 15 dias, sob pena de revelia.

k



Documento assinado eletronicamente por **Maria Diorlanda Castro Nobrega, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Socorro**, em 10/02/2019, às 23:04:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000312307-41**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

12/02/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que foi expedida carta de citação 201988100666, conforme DESPACHO do dia 10/02/2019.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

12/02/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de 201988100666 do tipo Citacao geral - Carta [TM801,MD1737]

 {Destinatário(a): DPVAT SUPERVISAO ANALISE DE SINISTRO}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
2ª Vara Cível de Socorro
R. Manoel Passos, Fórum Arthur Oscar de O. Deda
Bairro - Centro Cidade - N. Sra. do Socorro
Cep - 49160000 Telefone - (79)3279-1001

Normal(Justiça Gratuita)



201988100666

PROCESSO: 201988100087 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000433-08.2019.8.25.0053
NATUREZA: Procedimento Comum
REQUERENTE: KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS
REQUERIDO: DPVAT SUPERVISAO ANALISE DE SINISTRO

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

A presente, extraída da ação acima identificada, tem por finalidade a **citação** de Vossa Senhoria, por todo o conteúdo da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, como parte integrante desta, para a finalidade abaixo transcrita, advertindo-a de que não sendo a ação contestada, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora.

Finalidade: Responder em 15 dias.

Despacho: Defiro a gratuidade judiciária. Cite-se a requerida para apresentar contestação, no prazo de 15 dias, sob pena de revelia.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : DPVAT SUPERVISAO ANALISE DE SINISTRO
Residência : RUA: SENADOR DANTAS, 5º ANDAR, 74
Bairro : CENTRO
Cep : 20010000
Cidade : RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM801, MD1737]



Documento assinado eletronicamente por **Maria Silvia Lima Simões Vieira, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 2ª Vara Cível de Socorro**, em 12/02/2019, às 13:33:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000333658-91**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

26/02/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Aviso de Recebimento de AR Digital nº 201988100666, conforme arquivo em anexo. Objetivo: Atingido

{Destinatário(a): DPVAT SUPERVISAO ANALISE DE SINISTRO}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



DESTINATÁRIO

DPVAT SUPERVISAO ANALISE DE SINISTRO
RUA: SENADOR DANTAS nº 74, 5º ANDAR. CENTRO.

20010000 - RIO DE JANEIRO - RJ

AR984606114SG



CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

RIO DE JANEIRO DE MARÇO
15 FEV 2019
JJ

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR - Centralizador Regional

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OU INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO CLIENTE - OPCIONAL)

Referente ao processo de nro. 201988100087 e mandado nro. 201988100666

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____: ATENÇÃO: **SEGURADORA**
2ª ____/____/____: tentativa,
3ª ____/____/____: 15 FEV 2019 devolver o objeto.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 5 Outros: _____ | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Ana Cláudia
Mat: 8.957.275-0

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Maycon Mendonça de Lima
RG: 20.748.102-9

DATA DE ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

21/03/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ (2592-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20190320234906383 às 23:49 em 20/03/2019.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOCORRO/SE

Processo: 00004330820198250053

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **20/05/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **25/05/2018**.

Com base no próprio laudo pericial acostado, verifica-se que a pagamento realizado na esfera administrativa encontra-se acordo com percentual indenizável para as lesões suportadas.

Utilizando-se adequação legal do estipulado na avaliação médica juntada pelo autor, verifica-se que o percentual indenizável é de: **100%. POIS OCORREU A AMPUTAÇÃO TRAUMÁTICA DO HÁLUX ESQUERDO**, de acordo com a tabela anexa da Lei 11.945/09.

Assim, a aludida lesão corresponde exatamente ao valor pago administrativamente de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais), portanto, não havendo de se falar em qualquer complementação.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

DAS DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Conforme dispõe o art. 385, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o BOLETIM DE OCORRÊNCIA, haja vista que a narrativa dos fatos, não foi exposta de forma clara, não há testemunhas, não há informações do outro suposto veículo e condutor envolvido no alegado acidente, constando apenas declarações unilaterais da parte Autora para sua própria conveniência.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do boletim de ocorrência apresentado aos autos, a ré pugna a este d. juízo que seja expedido ofício à delegacia de polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais)**, após a regulação do sinistro.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais)**, após a parte ser submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor, realizou-se o referido pagamento.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para

inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme se depreende dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **20/05/2018**.

Ademais, em sede administrativa a vítima foi submetida a avaliação médica realizada por dois profissionais especializados, sendo um na figura de revisor, e, após detida avaliação **houve pagamento administrativo na razão de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais)** de acordo com o grau das lesões apresentadas à época do referido exame.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais.

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ³.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta, que é exatamente o caso dos autos, conforme faz prova o documento à fl., apresentado pelo autor.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

³**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais	Valor da Indenização
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	das Perdas	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10	R\$ 1.350,00

2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Repercussão	Valor da Indenização
100%	R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais)

OCORRE QUE, O LAUDO DO IML DE FLS. 30 RATIFICA O ADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO COM A **LIQUIDAÇÃO DO SINISTRO NA ESFERA ADMINISTRATIVA**, UMA VEZ QUE A LESÃO APURADA NO LAUDO DO IML **CORRESPONDE AO PAGAMENTO EFETUADO ADMINISTRATIVAMENTE** NA MONTA DE **R\$ 1.350,00 (UM MIL TREZENTOS E CINQUENTA REAIS)**, NÃO HAVENDO DE SE FALAR EM COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo do IML, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado o quantum indenizatório.

Pelo exposto, em síntese requer a Ré, que seja a demanda julgada IMPROCEDENTE nos termos do art. **487, I DO NCPC**, considerando a Ré ter demonstrado o total descabimento do pleito da parte Autora.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁴.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁵

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

⁴“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁵art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**, inscrito sob o nº **2592 - OAB/SE**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

SOCORRO, 14 de março de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE

QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SE 780-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ, inscrito na 2592 - OAB/SE, com escritório na RUA PACATUBA, N.º 254, SALA 210, CENTRO. ARACAJU/SE, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS**, em curso perante a **2ª VARA CÍVEL** da comarca de **SOCORRO**, nos autos do Processo nº 00004330820198250053.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/SE 780-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: **(a) JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; **(b) HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia;

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

[Assinaturas manuscritas]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: CO-2018/01153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 07003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA4822CCFDE4B56AFAD85ECF8FFD5CF68743F233E496AFDA80E1FB8

103a validar o documento acesse <http://www.jucerjia.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003143055 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: PD6974386FA48220C7DE4B56AFAD5E0CF8FFD5CF5E740F233E495AEDA80E1FB8



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: DO-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/11/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/11/2018 SOB O NÚMERO 02003149053 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: F06974386FA48220CFDE4B56AFAD25ECF8FDE5CF68743F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja-rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, Informe o nº de protocolo.

Pag: 10/13





PORTARIA Nº 755, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n.º 632, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea c do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 23 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 13414.62581/2017-59, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelas assembleias de ALM SEGURADORA S.A. - MICROSEGURADORA, CNPJ n.º 23.044.731/0001-80, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral ordinária realizada em 30 de junho de 2017:

I - Aumento do capital social em R\$ 450.164,100, elevando-o para R\$ 5.155.343,91, dividido em 179.246.992 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Decretar que a presente no RS 190.40.01 da carteira de capital subscrito deverá ser integralizada até 30 de junho de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 756, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n.º 632, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea c do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 23 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 13414.62581/2017-59, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administração de SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO PRIVAT S.A. CNPJ n.º 23.044.731/0001-80, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado no relatório do conselho de administração realizado em 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 757, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n.º 632, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea c do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 23 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep 13414.62581/2017-59, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membros do conselho de administração de IRB BRASIL RESEGUROS S.A., CNPJ n.º 33.376.959/0001-91, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 24 de maio de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Susep/Direg n.º 721, de 3 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de janeiro de 2018, página 148, seção 1, onde se lê: "... na reunião do conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017", leia-se: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017."

Ministério da Indústria,
Comércio Exterior e ServiçosINSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 1.964, de 13 de dezembro de 1973, nos artigos 1º e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 1º da Lei n.º 12.544, de 12 de novembro de 2012:

Considerando a Portaria Interministerial n.º 56.044, de 18 de maio de 1998, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando a Portaria Interministerial n.º 16, de 14 de janeiro de 2014, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviária Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 14 de janeiro de 2014, seção 01, página 46;

Considerando que o item em anexo per se não atende aos requisitos do disposto no § 1º do art. 1º do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, deve ser ajustado e adaptado aos veículos e aos equipamentos rodoviários destinados a este fim;

Considerando a necessidade de submissão da Comissão de Trabalho para o Transporte de Produtos Perigosos (CTTP) pelo novo formato para o Transporte de Produtos Perigosos (CTPP), aprovado conforme a necessidade de construção de tanques de carga rodoviários;

Considerando a necessidade de ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Interministerial n.º 16/2014, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviária destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Interministerial n.º 16, de 14 de janeiro de 2014, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site www.inmetro.gov.br ou no endereço abaixo:

Internet Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Doconf
Rua Santa Alexandrina, nº 416 - 2º andar - Rio de Janeiro

Cep 20.261-232 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Ficam substituídos os Anexos A e D da Portaria Interministerial n.º 16/2014 pelos Anexos A e D anexos a esta Portaria.

Art. 3º Ficam incluídos na Portaria Interministerial n.º 16/2014 os Anexos F e G anexos a esta Portaria.

Art. 4º Ficam inseridos, no art. 4º da Portaria Interministerial n.º 16/2014, os seguintes parágrafos:

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 4, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o conteúdo do Anexo, as propostas de modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em anexo pelo Departamento de Nomenclatura Internacional (DNTI), com o objetivo de obter subsídios para a elaboração de pareceres sobre as propostas de alteração da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em anexo pelo Departamento de Nomenclatura Internacional (DNTI).

1. Manifestações sobre as propostas deverão ser dirigidas ao DNTI por meio do Protocolo-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "P", Térreo, CEP 10005-900, Brasília (DF). As manifestações deverão fazer referência ao número desta Circular e ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

2. As informações relativas às propostas deverão ser apresentadas mediante o preenchimento integral do modelo padrão, disponível na página do site do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, disponível no endereço eletrônico <http://www.inmetro.gov.br/infomercosul>, ou pelo endereço eletrônico infomercosul@inmetro.gov.br. O formulário também pode ser solicitado pelo telefone (61) 2027-1310 e 2027-1315 ou pelo e-mail infomercosul@inmetro.gov.br.

3. O acompanhamento sobre a análise das propostas poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico <http://www.inmetro.gov.br/infomercosul>, ou pelo endereço eletrônico infomercosul@inmetro.gov.br.

4. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelas unidades do DNTI, eventuais manifestações a respeito deverão ser encaminhadas a esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nesta Circular.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA
2017.20.08	2017.20
Acidos policarboxílicos cíclicos, derivados de ciclopentanóis, seus análogos, hálógenos, peróxidos e seus derivados	Acidos Policarboxílicos, cíclicos, cíclicos ou dicloroparísicos, seus análogos, hálógenos, peróxidos e seus derivados
	2017.20.1
	2017.20.10
	2017.20.15
	2017.20.20
	2017.20.25
	2017.20.30
	2017.20.35
	2017.20.40
	2017.20.45
	2017.20.50
	2017.20.55
	2017.20.60
	2017.20.65
	2017.20.70
	2017.20.75
	2017.20.80
	2017.20.85
	2017.20.90
	2017.20.95
	2017.21
	2017.21.1
	2017.21.10
	2017.21.15
	2017.21.20
	2017.21.25
	2017.21.30
	2017.21.35
	2017.21.40
	2017.21.45
	2017.21.50
	2017.21.55
	2017.21.60
	2017.21.65
	2017.21.70
	2017.21.75
	2017.21.80
	2017.21.85
	2017.21.90
	2017.21.95
	2017.22
	2017.22.1
	2017.22.10
	2017.22.15
	2017.22.20
	2017.22.25
	2017.22.30
	2017.22.35
	2017.22.40
	2017.22.45
	2017.22.50
	2017.22.55
	2017.22.60
	2017.22.65
	2017.22.70
	2017.22.75
	2017.22.80
	2017.22.85
	2017.22.90
	2017.22.95
	2017.23
	2017.23.1
	2017.23.10
	2017.23.15
	2017.23.20
	2017.23.25
	2017.23.30
	2017.23.35
	2017.23.40
	2017.23.45
	2017.23.50
	2017.23.55
	2017.23.60
	2017.23.65
	2017.23.70
	2017.23.75
	2017.23.80
	2017.23.85
	2017.23.90
	2017.23.95
	2017.24
	2017.24.1
	2017.24.10
	2017.24.15
	2017.24.20
	2017.24.25
	2017.24.30
	2017.24.35
	2017.24.40
	2017.24.45
	2017.24.50
	2017.24.55
	2017.24.60
	2017.24.65
	2017.24.70
	2017.24.75
	2017.24.80
	2017.24.85
	2017.24.90
	2017.24.95
	2017.25
	2017.25.1
	2017.25.10
	2017.25.15
	2017.25.20
	2017.25.25
	2017.25.30
	2017.25.35
	2017.25.40
	2017.25.45
	2017.25.50
	2017.25.55
	2017.25.60
	2017.25.65
	2017.25.70
	2017.25.75
	2017.25.80
	2017.25.85
	2017.25.90
	2017.25.95
	2017.26
	2017.26.1
	2017.26.10
	2017.26.15
	2017.26.20
	2017.26.25
	2017.26.30
	2017.26.35
	2017.26.40
	2017.26.45
	2017.26.50
	2017.26.55
	2017.26.60
	2017.26.65
	2017.26.70
	2017.26.75
	2017.26.80
	2017.26.85
	2017.26.90
	2017.26.95
	2017.27
	2017.27.1
	2017.27.10
	2017.27.15
	2017.27.20
	2017.27.25
	2017.27.30
	2017.27.35
	2017.27.40
	2017.27.45
	2017.27.50
	2017.27.55
	2017.27.60
	2017.27.65
	2017.27.70
	2017.27.75
	2017.27.80
	2017.27.85
	2017.27.90
	2017.27.95
	2017.28
	2017.28.1
	2017.28.10
	2017.28.15
	2017.28.20
	2017.28.25
	2017.28.30
	2017.28.35
	2017.28.40
	2017.28.45
	2017.28.50
	2017.28.55
	2017.28.60
	2017.28.65
	2017.28.70
	2017.28.75
	2017.28.80
	2017.28.85
	2017.28.90
	2017.28.95
	2017.29
	2017.29.1
	2017.29.10
	2017.29.15
	2017.29.20
	2017.29.25
	2017.29.30
	2017.29.35
	2017.29.40
	2017.29.45
	2017.29.50
	2017.29.55
	2017.29.60
	2017.29.65
	2017.29.70
	2017.29.75
	2017.29.80
	2017.29.85
	2017.29.90
	2017.29.95
	2017.30
	2017.30.1
	2017.30.10
	2017.30.15
	2017.30.20
	2017.30.25
	2017.30.30
	2017.30.35
	2017.30.40
	2017.30.45
	2017.30.50
	2017.30.55
	2017.30.60
	2017.30.65
	2017.30.70
	2017.30.75
	2017.30.80
	2017.30.85
	2017.30.90
	2017.30.95
	2017.31
	2017.31.1
	2017.31.10
	2017.31.15
	2017.31.20
	2017.31.25
	2017.31.30
	2017.31.35
	2017.31.40
	2017.31.45
	2017.31.50
	2017.31.55
	2017.31.60
	2017.31.65
	2017.31.70
	2017.31.75
	2017.31.80
	2017.31.85
	2017.31.90
	2017.31.95
	2017.32
	2017.32.1
	2017.32.10
	2017.32.15
	2017.32.20
	2017.32.25
	2017.32.30
	2017.32.35
	2017.32.40
	2017.32.45
	2017.32.50
	2017.32.55
	2017.32.60
	2017.32.65
	2017.32.70
	2017.32.75
	2017.32.80
	2017.32.85
	2017.32.90
	2017.32.95
	2017.33
	2017.33.1
	2017.33.10
	2017.33.15
	2017.33.20
	2017.33.25
	2017.33.30
	2017.33.35
	2017.33.40
	2017.33.45
	2017.33.50
	2017.33.55
	2017.33.60
	2017.33.65
	2017.33.70
	2017.33.75
	2017.33.80
	2017.33.85
	2017.33.90
	2017.33.95
	2017.34
	2017.34.1
	2017.34.10
	2017.34.15
	2017.34.20
	2017.34.25
	2017.34.30
	2017.34.35
	2017.34.40
	2017.34.45
	2017.34.50
	2017.34.55
	2017.34.60
	2017.34.65
	2017.34.70
	2017.34.75
	2017.34.80
	2017.34.85
	2017.34.90
	2017.34.95
	2017.35
	2017.35.1
	2017.35.10
	2017.35.15
	2017.35.20
	2017.35.25
	2017.35.30
	2017.35.35
	2017.35.40
	2017.35.45
	2017.35.50
	2017.35.55
	2017.35.60
	2017.35.65
	2017.35.70
	2017.35.75
	2017.35.80
	2017.35.85
	2017.35.90
	2017.35.95
	2017.36
	2017.36.1
	2017.36.10
	2017.36.15
	2017.36.20
	2017.36.25
	2017.36.

12/10

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016



4886507

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
ESTATUTO SOCIAL**

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º - A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º - A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º - Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10

Bernardo F. S. Bervanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4898508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

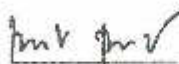
ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo P.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7646C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

12



4896509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10


Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/4

convocada.



4986510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 – O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro – Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 – Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Borwenger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/11



4596511

- g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
- h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;
- k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;
- m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;
- n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;
- o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;
- p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;
- q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;
- r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;
- s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;
- t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.
- u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e
- v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 5 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

15/14

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.



4995512

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Benveniste
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C66883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

16/7

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.



4886613

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4896514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretaria Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4255515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

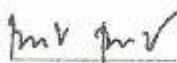
Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10


Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

de março de 1967.

13/4



4996616

XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabellião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 61 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9300

ADB2B690
088674

Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: **HELIO BITTON RODRIGUES** e
JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X000005294531)
Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.
Em testemunho _____ da verdade.

Conf. por: _____
Serventia: _____
TJHFUNDOS
Total

Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.
ECLFP-118 HDE, DEL-56882 BRS
Consulte em <https://www3.tirijus.br/sitepublico>

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Paula Cristina A. D. Gaspar
: 3,2% Escrevente
: CTRB 46062 série 09077 ME
Aut. 2013 3ª Lei 8.986/94

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09.248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807



CARTÓRIO

Av. Erasmo Braga, 255, 1º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ 20050-000

188930AA43026

21º OFÍCIO DE NOTAS - DR. VANELE FALCÃO - TABELIA DE NOTAS

Av. Erasmo Braga, nº 255 1º Andar - Centro - Tel.: (21) 2532-2121 - 03 de Abril de 2018

Reconheço por **AUTENTICIDADE** as firmas de

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA

Em testemunho da verdade.

Mai. GU LHERME LEAL DE MENEZES WENCESLAU - Escrevente

Emolumentos: R\$ 5,56 - TJ-Fundos: R\$ 2,28 - Total: R\$ 7,84

ECNF75775-ROP

Consulte em: <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 2018

Aos Cuidados de: KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS

Nº Sinistro: 3180516788

Vítima: KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS

Data do Acidente: 20/05/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180516788**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13597358



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3180516788 **Cidade:** Aracaju **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS **Data do acidente:** 20/05/2018 **Seguradora:** Companhia de Seguros Previdência do Sul

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 19/11/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: TRAUMA NO 1º DEDO DO PÉ ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (AMPUTAÇÃO DO 1º DEDO DO PÉ ESQUERDO) E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: AUSÊNCIA CIRÚRGICA DO 1º DEDO DO PÉ ESQUERDO.

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE ANATÔMICA COMPLETA DO 1º DEDO DO PÉ ESQUERDO.

Documentos complementares:

Observações:

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Dedos do pé-Perda anatômica completa de qualquer um dos dedos do pé	10 %	Em grau completo - 100 %	10%	R\$ 1.350,00
Total			10 %	R\$ 1.350,00

ESPECIALISTA

Empresa: Líder- Serviços AMD

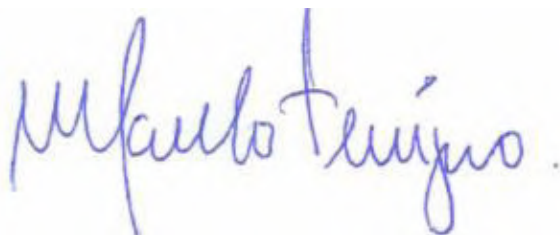
Grupo: EQ1

Nome: MARCELO DE TOLEDO FERNANDES TERRIGNO

CRM: 5255920-8

UF do CRM: RJ

Assinatura:



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3180516788 **Cidade:** Aracaju **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS **Data do acidente:** 20/05/2018 **Seguradora:** Companhia de Seguros Previdência do Sul

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 19/11/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: TRAUMA NO 1º DEDO DO PÉ ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (AMPUTAÇÃO DO 1º DEDO DO PÉ ESQUERDO) E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: AUSÊNCIA CIRÚRGICA DO 1º DEDO DO PÉ ESQUERDO.

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE ANATÔMICA COMPLETA DO 1º DEDO DO PÉ ESQUERDO.

Documentos complementares:

Observações:

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Dedos do pé-Perda anatômica completa de qualquer um dos dedos do pé	10 %	Em grau completo - 100 %	10%	R\$ 1.350,00
Total			10 %	R\$ 1.350,00

ESPECIALISTA

Empresa: Líder- Serviços AMD

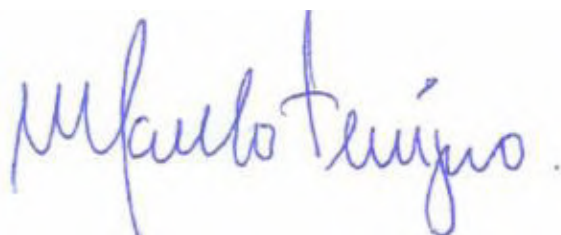
Grupo: EQ1

Nome: MARCELO DE TOLEDO FERNANDES TERRIGNO

CRM: 5255920-8

UF do CRM: RJ

Assinatura:



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3180516788 **Cidade:** Aracaju **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS **Data do acidente:** 20/05/2018 **Seguradora:** Companhia de Seguros Previdência do Sul

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 19/11/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: TRAUMA NO 1º DEDO DO PÉ ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (AMPUTAÇÃO DO 1º DEDO DO PÉ ESQUERDO) E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: AUSÊNCIA CIRÚRGICA DO 1º DEDO DO PÉ ESQUERDO.

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE ANATÔMICA TOTAL DO 1º DEDO DO PÉ ESQUERDO.

Documentos complementares:

Observações:

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Dedos do pé-Perda anatômica completa de qualquer um dos dedos do pé	10 %	Em grau médio - 50 %	5%	R\$ 675,00
Total			5 %	R\$ 675,00



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

21/03/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que a parte requerida apresentou Contestação tempestivamente.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

21/03/2019

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intimar a parte autora para, no prazo de lei, se manifestar acerca da resposta do réu.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

24/03/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Réplica à Contestação realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: HEITOR SANTANA DA SILVA - 7137}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Reis & Silva

advogados associados

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE.**

Processo autuado sob o nº. 201988100087

KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS, já devidamente qualificada nos autos da **AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT** que contende em face de **SEGURADORA LIDER DE DOS CONSORCIOS DOS SEGURO DPVAT S/A**, em trâmite perante esta r. vara e respectivo cartório, vem, mui, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar sua **RÉPLICA** ante a contestação apresentada pela Requerida, pelos fundamentos de fato e direito a seguir expostos:

I- DOS FATOS

Segundo consta do BOAT – Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito – no dia 20 de maio de 2018, a Demandante transitava pela avenida Luiz Gonzaga, em Aracaju, em uma motocicleta Honda CG 150, placa policial QMB 6931, quando fora abalroada por um carro, modelo Ford Fusion FWD, cor branca, placa policial QKS 0050.

Relata o boletim de ocorrência de acidente de trânsito que, naquela noite os veículos transitavam pela via sentido leste/oeste, o carro pela faixa a esquerda e a motocicleta pela faixa direita, quando ao executar a transposição de faixa o veículo tipo carro veio a colidir com o veículo tipo motocicleta causando a queda do motoqueiro e o garupa, ora Requerente.



Reis & Silva

advogados associados

Ressalta-se que, Excelência, com a queda a Requerente fora encaminhada para o hospital pela SAMU, conforme se percebe do relatório de ocorrência juntado a essa petição.

É imperioso destacar que, com a queda a Requerente passou por um procedimento cirúrgico de urgência, **sendo-lhe amputado seu HALUX ESQUERDO, ou seja, um de seus dedos do pé esquerdo, conforme imagem em anexo.**

Outrossim, cumpre externar ainda que, devido os traumas decorrentes do acidente sofrido a Autora ficou impossibilitada de trabalhar durante o período de 60 (sessenta) dias.

Ocorre que, Magistrado, com a amputação de um dos seus dedos do pé a autora teve sua autoestima bastante abalada, tendo em vista possuir apenas 20 (vinte) anos de idade e não dispõem de condições financeiras suficientes para fazer uma cirurgia plástica de reconstrução do membro.

Diante disso, buscou administrativamente a justa indenização pelos danos sofridos em decorrência do acidente de trânsito. Assim, após todo o procedimento fora agraciada com a indenização administrativa no valor de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e quarenta reais).

Neste interim, tendo em vista o valor irrisório recebido, decidiu a Autora em ajuizar a presente ação visando complementar sua indenização nos termos da lei especial.

A Requerida fora devidamente citada e, por conseguinte, apresentou sua contestação.

Em sua defesa, sustentara a divergência apresentada no boletim de ocorrência apresentado pela Autora, pois se tratou de procedimento desenvolvido pela autoridade policial somente oitivando a Requerente.



Reis & Silva

advogados associados

Do mesmo modo, esclarece que já houve pagamento realizado administrativamente, bem como, que tal pagamento fora proporcional a lesão sofrida.

Por fim, requereu a incidência de juros de mora a partir da citação, bem como correção monetária a partir da propositura da ação. Outrossim, requereu a limitação dos honorários advocatícios em 15%, em caso de sucumbência.

II- DO DIREITO

a) Do Amparo Legal.

O Autor tem sua pretensão respaldada na Lei nº 6.194/74, que regula o pagamento das indenizações decorrentes de seguro obrigatório, conforme assevera o inciso II, do artigo 3º.

"Art. 3º -Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;" § 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando - se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos). I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos) II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo - se, em



Reis & Silva

advogados associados

seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos)

Portanto, Excelência, uma vez comprovadas as lesões sofridas pela Autora se faz necessário o pagamento da justa indenização pela Requerida.

É salutar que fique resguardado o direito da Autora ao pagamento integral no valor correspondente a invalidez permanente de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), tendo em vista as lesões sofridas por conta do acidente.

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte.

Ademais, a indenização deve ser paga mediante simples **PROVA DO ACIDENTE e do DANO DECORRENTE**, conforme elencado no art.5º §1º, da referida Lei:

"Art. 5º- O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. § 1º - A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos: a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso



Reis & Silva

advogados associados

de morte; b) prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico - assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente-

no caso de danos pessoais. §2º- Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará. § 3º - Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecida diretamente pelo Instituto Médico Legal, independentemente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente. § 4º - Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar, relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora."

Nesse passo, a Terceira Turma Recursal Cível do Egrégio Tribunal de Justiça, já apreciou questão relativa à validade do laudo de exame de corpo de delito do Instituto Médico Legal que atesta invalidez permanente para o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório - DPVAT. A ementa do acórdão é a seguinte:

"f-SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. O laudo do IML comprova a invalidez permanente, laudo oficial, o que impõe a procedência da lide Valor de indenização em múltiplos de salários mínimos vigentes à época da liquidação do sinistro, na forma da Lei 6.194/74, art. 3º, alíneas 'a', e art. 5º, §1º, sendo manifestamente ilegal a resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados que fixa em montante inferior. Lei recepcionada pela Constituição Federal. 2- Quitação dada pelo beneficiário, em valor inferior ao devido, não afasta o direito do interessado de obter a diferença de valor fundada em Lei. A renúncia a direitos deve sempre ser interpretada restritivamente. RECURSO IMPROVIDO" (Recurso



Reis & Silva

advogados associados

Inominado n. 71000725085, Terceira Turma Recursal Cível - JEC, Relatora: Dra. Maria José Schmitt Sant Anna, julgado em 28.06.2005)". -(grifos nossos).

Cabe aqui pinçar trecho do referido acórdão.

"Deste modo, a graduação da invalidez permanente fica afastada, uma vez que essa distinção não é feita pela Lei nº 6.194/74, que regula a matéria. Havendo a invalidez é devida a indenização, não importando o grau."

Ademais, não há que se falar em graduar a invalidez permanece com base na Resolução nº1/75 de 03/10/75, editado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados -

CNSP, pois em se tratando de norma regulamentar não opode dispor de modo diverso da Lei nº6.194/74, de hierarquia superior, de sorte que é incabível a limitação da indenização com base na resolução precitada. Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de carência de ação, por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Conforme o art. 5º da Lei nº6.194/74, com a redação anterior à Lei 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea `b do art. 3º da Lei nº 6.194/74 não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como critério de cálculo. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/05/2008)

Sendo assim, os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente,



Reis & Silva

advogados associados

amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, além do fato inquestionável de que o laudo médico atesta a debilidade e/ou invalidez permanente de membro ou função, dessa forma, é PROVA BASTANTE para garantir o pagamento da INDENIZAÇÃO do Seguro Obrigatório no valor COMPLEMENTAR.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm a requerente direito à indenização. Dessa forma, a Autora busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGPM, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de



Reis & Silva

advogados associados

Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Ex positis, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico e o registro da ocorrência no órgão policial, para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

B) DA CONVERGÊNCIA ENTRE O BOLETIM DE OCORRÊNCIA E DEMAIS PROVAS DOS AUTOS.

Magistrado, em que pese os argumentos lançados em contestação pela parte Requerida, sobretudo, ao que concerne a legitimidade do Boletim de Ocorrência juntado aos autos. Cumpre registrar que, o documento fora produzido de acordo com os acontecimentos no dia do acidente automobilístico, principalmente, utilizando-se das informações apresentadas pela Polícia Militar no BOAT.

Ademias, em caso de qualquer dúvida quanto ao certificado no BO, fora anexado aos autos Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito, confeccionado pela própria Polícia Militar de Trânsito.

Diante do alegado acima, embora os argumentos da Requerida, não é forçoso reconhecer a veracidade dos fatos narrados pela Requerente a autoridade policial no momento de confecção do Boletim de Ocorrência Policial.

C) DO PAGAMENTO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. DA DESPROPORCIONALIDADE DO VALOR PAGO COMO INDENIZAÇÃO E A LESÃO SOFRIDA PELA AUTORA. DA NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO.

Como bem asseverou a Requerida em sua defesa, houve o pagamento administrativo de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais) a Autora como indenização pela lesão sofrida. Fato inquestionável.



Reis & Silva

advogados associados

Ocorre que, de acordo com o laudo pericial e imagens juntadas ao processo não é forçoso reconhecer a desproporcionalidade do valor pago pela Requerida e a lesão sofrida pela Demandante.

Ora, a Requerente teve seu dedo totalmente decepado e, por isso, fora indenizada no valor mínimo de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais), quantia correspondentes a simples lesões em membros.

Ademias, cumpre ressaltar que, a parte Requerida, no momento de proceder com o pagamento de indenizações decorrentes do seguro DPVAT de forma administrativa, avalia a seu bel prazer os a extensão da lesão sofrida e, assim, realizada o pagamento do que acha devido.

Desta forma, é necessário nos presentes autos, que a Requerente seja encaminhada a um perito a fim de que esse estabeleça o grau da lesão e, após, Vossa Excelência estabeleça se há valores a complementar.

a) D) DAS ATUALIZAÇÕES

No tocante à correção monetária, o termo inicial de incidência deve ser a partir do pagamento parcial, ou seja, 18 de novembro de 2013, porque esse é o marco a partir do qual os requerentes deixaram de usufruir do valor a complementar e que justifica a reposição de seu poder de compra. No mais, as questões encontram respaldo na súmula 14 das Turmas Recursais:

SÚMULA Nº 14 - DPVAT (revisada em 27/06/2007): VINCULAÇÃO SALÁRIO MÍNIMO. - É legítima a vinculação do valor da indenização do seguro DPVAT ao valor do salário mínimo, consoante fixado na Lei nº 6.194/74, não sendo possível modificá-lo por Resolução. A alteração do valor da indenização introduzida pela M.P. nº 340 só é aplicável aos sinistros ocorridos a partir de sua vigência, que se deu em 29/12/2006. QUITAÇÃO. - A quitação é limitada ao valor



Reis & Silva

advogados associados

recebido, não abrangendo o direito à complementação da indenização, cujo valor decorre de lei. CONSÓRCIO OBRIGATÓRIO. - O consórcio obrigatório do seguro DPVAT institui solidariedade entre as seguradoras participantes, de modo que, independentemente de qual delas tenha liquidado administrativamente o sinistro, qualquer uma poderá ser demandada pela respectiva complementação de indenização, incorrendo ilegitimidade passiva por esse motivo. PAGAMENTO DO PRÊMIO. - Mesmo nos sinistros ocorridos antes da vigência da Lei nº 8.441/92 é desnecessária a comprovação do pagamento do prêmio do seguro veicular obrigatório. COMPLEXIDADE. - Inexiste complexidade de causa a afastar a competência do juizado especial quando os autos exibem prova da invalidez através de laudo oriundo de órgãos oficiais, como o INSS e o DML. APURAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. - Na hipótese de pagamento administrativo parcial, a complementação deverá ser apurada com base no salário mínimo da data de tal pagamento. Nas demais hipóteses, a indenização deverá ser apurada com base no valor do salário mínimo da data do ajuizamento da ação. Outrossim, para os sinistros ocorridos a partir de 29/12/2006, a apuração da indenização, havendo ou não pagamento administrativo parcial, deverá tomar por base o valor em moeda corrente vigente na data da ocorrência do sinistro. CORREÇÃO MONETÁRIA. - A correção monetária, a ser calculada pela variação do IGP-M, incide a partir do momento da apuração do valor da indenização, como forma de recomposição adequada do valor da moeda. JUROS - Os juros moratórios incidirão a partir da citação, salvo quando houver pagamento parcial ou pedido administrativo desatendido, hipóteses em que incidirão, respectivamente, a partir do adimplemento parcial ou do término do prazo legal para o pagamento.

Portanto, requer o pagamento da diferença entre o valor já indenizado e o valor legalmente previsto, a ser atualizado até a data do efetivo pagamento, incidindo correção monetária e juros moratórios de 1 % ao mês.

III- DOS REQUERIMENTOS



Reis & Silva

advogados associados

Face o exposto, e, tendo em vista o que dos autos consta, tem-se a concluir, sem restarem quaisquer dúvidas, que a presente ação somente reza pela procedência, haja vista as alegações acima expostas.

Isto posto, requer a Vossa Excelência, seja a presente demanda julgada **TOTALMENTE PROCEDENTE**, a fim de condenar o requerido, integralmente, em todos os termos da petição inicial. Outrossim, que seja a Autora encaminhada a perícia técnica a fim de que seja mensurado o grau da lesão sofrida.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 25 de março de 2019.

Bel. Heitor Santana da Silva

OAB/SE 7137

Reis & Silva
advogados associados



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

03/04/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Tendo em vista a petição tempestiva anexada aos autos em 24/03/2019, faço a conclusão dos autos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

04/04/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

</br>{Via Movimentação em Lote nº 201900051}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

06/05/2019

MOVIMENTO:

Decisão

DESCRIÇÃO:

Intimem-se as partes para dizerem do interesse na realização de audiência de conciliação, bem como se pretendem produzir outras provas, no prazo de 15 dias, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra. Em não havendo requerimentos, venham conclusos para sentença, via link.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Socorro

Nº Processo 201988100087 - Número Único: 0000433-08.2019.8.25.0053

Autor: KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS

Réu: DPVAT SUPERVISAO ANALISE DE SINISTRO

Movimento: Decisão >> Saneamento

Intimem-se as partes para dizerem do interesse na realização de audiência de conciliação, bem como se pretendem produzir outras provas, no prazo de 15 dias, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra.

Em não havendo requerimentos, venham conclusos para sentença, via link.

k



Documento assinado eletronicamente por **Maria Diorlanda Castro Nobrega, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Socorro**, em 06/05/2019, às 20:06:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001101325-17**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

07/05/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: HEITOR SANTANA DA SILVA - 7137}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Reis & Silva

advogados associados

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE.**

Processo autuado sob o nº. 201988100087

KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS, já devidamente qualificada nos autos da **AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT** que contende em face de **SEGURADORA LIDER DE DOS CONSORCIOS DOS SEGURO DPVAT S/A**, em trâmite perante esta r. vara e respectivo cartório, vem, mui, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, informar que não possui interesse em conciliar. Todavia, requer seja a Requerente submetida a perícia médica a fim de que se constate o grau de sua lesão.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 07 de maio de 2019.

Reis & Silva

Bel. Heitor Santana da Silva

OAB/SE 7137

Advogados Associados



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

13/05/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOCORRO/SE

Processo: 00004330820198250053

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Certo é, que todos os casos de indenização por invalidez, deverão passar por rigorosa perícia médica, para que seja verificado o GRAU de debilidade do segmento corporal afetado, em absoluta consonância com a Tabela disposta na Lei 11.945/2009, que estipula o percentual máximo para cada membro afetado, respeitando, ainda, o verbete sumular nº 474, do Superior Tribunal de Justiça.

Evidente, pois, que inexistente qualquer direito de indenização total ao autor, mormente por não haver prova pericial neste sentido, sendo incabível qualquer indenização integral, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez suportado pela parte autora.

Dessa forma, **REQUERER A REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL TÉCNICA**, com a determinação de pagamento de honorários periciais conforme o Termo de Convênio de Cooperação Institucional nº 21/2018, firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) em até 15 (quinze) dias.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,
SOCORRO, 10 de maio de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

14/05/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Tendo em vista as manifestações tempestivas anexadas em 07/05/2019 e 13/05/2019, faço a conclusão dos autos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

14/05/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

</br>{Via Movimentação em Lote nº 201900083}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

17/05/2019

MOVIMENTO:

Decisão

DESCRIÇÃO:

Determino a realização de perícia médica, através do Setor de Perícias do Tribunal de Justiça de Sergipe, nomeando desde já médico habilitado perante o tribunal e fixando seus honorários em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), em consonância com o Convênio nº 14/2018, os quais deverão ser rateados entre as partes, advertindo que a parte que cabe a autora será custeado pelo Tribunal, tendo em vista que esta é beneficiária da justiça gratuita. Intime-se requerido para efetuar o depósito do 50%, no prazo de 15 (quinze) dias. Proceda a escrivania ao agendamento da perícia no SCPV, devendo o perito apresentar o laudo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da realização da perícia. Intimem-se as partes da nomeação e agendamento da perícia, devendo apresentar quesitos e assistentes técnicos no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 465, § 1º do CPC. Advirta-se o perito que deverá assegurar aos assistentes técnicos das partes o acesso e acompanhamento das diligências e exames que realizar, com prévia comunicação, comprovada nos autos, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, conforme dispõe o art. 466, §2º do CPC. Quesitação do Juízo: 1 Há invalidez permanente em razão de acidente automobilístico sofrido pelo autor? ; 2 O autor foi submetido aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? (§ 1º, art. 3º da Lei 6.194/74); 3 A citada invalidez atinge que órgãos, membro, função ou sentido? Descreva a lesão constatada; 4 A invalidez permanente é total ou parcial?; 5 Em sendo comprovada a invalidez permanente parcial, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado ou redução funcional no órgão, membro, função ou sentido lesionado? Com a apresentação do laudo pericial, intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o cumprimento de todas as diligências, volvam os autos conclusos. Nossa Senhora do Socorro/SE, 17 de maio de 2019.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Socorro

Nº Processo 201988100087 - Número Único: 0000433-08.2019.8.25.0053

Autor: KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS

Réu: DPVAT SUPERVISAO ANALISE DE SINISTRO

Movimento: Decisão >> Deferimento >> Prova Pericial

Determino a realização de perícia médica, através do Setor de Perícias do Tribunal de Justiça de Sergipe, nomeando desde já médico habilitado perante o tribunal e fixando seus honorários em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), em consonância com o Convênio nº 14/2018, os quais deverão ser rateados entre as partes, advertindo que a parte que cabe a autora será custeado pelo Tribunal, tendo em vista que esta é beneficiária da justiça gratuita.

Intime-se requerido para efetuar o depósito do 50%, no prazo de 15 (quinze) dias.

Proceda a escrivania ao agendamento da perícia no SCPV, devendo o perito apresentar o laudo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da realização da perícia.

Intimem-se as partes da nomeação e agendamento da perícia, devendo apresentar quesitos e assistentes técnicos no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 465, § 1º do CPC.

Advirta-se o perito que deverá assegurar aos assistentes técnicos das partes o acesso e acompanhamento das diligências e exames que realizar, com prévia comunicação, comprovada nos autos, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, conforme dispõe o art. 466, §2º do CPC.

Quesitação do Juízo: 1 – Há invalidez permanente em razão de acidente automobilístico sofrido pelo autor? ; 2 – O autor foi submetido aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? (§ 1º, art. 3º da Lei 6.194/74); 3 – A citada invalidez atinge que órgãos, membro, função ou sentido? Descreva a lesão constatada; 4 – A invalidez permanente é total ou parcial?; 5 – Em sendo comprovada a invalidez permanente parcial, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado ou redução funcional no órgão, membro, função ou sentido lesionado?

Com a apresentação do laudo pericial, intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 15 (quinze) dias.

Após o cumprimento de todas as diligências, volvam os autos conclusos.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 17 de maio de 2019.

k



Documento assinado eletronicamente por **Maria Diorlanda Castro Nobrega, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Socorro**, em 17/05/2019, às 16:35:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001225031-79**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

07/06/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Depósito Judicial nº 190530035018327 do BANESE referente a Honorários periciais, ocorrido em 06/06/2019, realizado por SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA.

{Movimento automático gerado pelo Sistema de Gestão de Depósito Judicial}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Informações do depósito da conta judicial: 56288127043 - Parcela: 1

Banco - BANESE

CPF/CNPJ do depositante	true
Nome do depositante	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ID da guia	922732
Origem	Interligação
Data do depósito	06/06/2019
Forma de recolhimento	DINHEIRO
Valor do depósito	250,00



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

09/06/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Indicação de Quesitos realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: HEITOR SANTANA DA SILVA - 7137}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Reis & Silva

advogados associados

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE.**

Processo autuado sob o nº. 201988100087

KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por meio de seu advogado que está subscreve, vem, mui, respeitosamente, perante Vossa Excelência, informar que não indicará perito assistente, bem como, apresentar os quesitos abaixo:

- 1- Houve lesão à integridade física da parte autora em virtude do acidente de trânsito? Quais as lesões remanescentes na mesma após o acidente?
- 2- Queira o Sr. Perito esclarecer se as lesões são de caráter temporário ou definitivo.
- 3- Queira o Sr. Perito informar se houve perda de algum membro ou parte do corpo.
- 4- Se houve perda da força, mobilidade, flexibilidade ou outra limitação em virtude de lesão sofrida no acidente? Explicar as mesmas.
- 5- Das lesões identificadas, quais foram às consequências traumáticas e funcionais do órgão/membro afetado.
- 6- De acordo com a tabela anexa a lei 11945/2009, qual o percentual da perda funcional da parte autora em face da lesão ocasionada em decorrência do sinistro?



Reis & Silva
advogados associados

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 09 de junho de 2019.

Bel. Heitor Santana da Silva

OAB/SE 7137



Reis & Silva
advogados associados



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

12/06/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que a parte requerente apresentou manifestação tempestiva.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

12/06/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que o requerido efetuou o depósito na sua integralidade, conforme convênio nº 14/2018.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

12/06/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que o convênio nº 14/2018 refere-se, exclusivamente, à Seguradora Líder. Torno sem efeito a certidão retro.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

12/06/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

14/06/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOCORRO/SE

Processo: 201988100087

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

SOCORRO, 11 de junho de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE

Guia - Ficha de Compensação

Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	05/06/2019		0	0
DATA DA GUIA	Nº DO PROCESSO			
05/06/2019	00004330820198250053			
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
SE	Vara Cível	RÉU	250,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO	TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	Jurídica		09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE	TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS	FÍSICA		05777373500	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
2AA3D933A6B66CF3				

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

A guia de depósito poderá ser paga em toda rede bancária utilizando-se o boleto bancário abaixo

Processo nº.....: 201988100087

ID.....: 922732

CEDENTE: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

Nome do cliente SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA	Data de Vencimento 19/06/2019	Valor Cobrado R\$ 250,00
Agência / Código do Cedente 015/909000016	Nosso Número 00922732-4	Autenticação Mecânica

 **Banese** **047-7** **04791.59097 00001.600923 27324.047110 3 79250000025000**

Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESE					Vencimento 19/06/2019
Beneficiário BANCO DO ESTADO DE SERGIPE					Agência/Cod Beneficiário 015/909000016
Data do Documento 30/05/2019	Nº do Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data do Processamento 30/05/2019	Nosso Número 00922732-4
Uso Banco	Carteira CS	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento R\$ 250,00
Instruções - Documento referente a DEPOSITO JUDICIAL ; - Não cobrar Multas juros ou qualquer tipo de encargo; - Não receber após o vencimento.					(-) Desconto/abatimento
					(-) Outras deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
Pagador: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Cpf/Cnpj: 09.248.608/0001-04					
SACADOR/AVALISTA					

Autenticação mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO





**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

25/06/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Cumpra-se a decisão de fl. 150. RETIFIQUE-SE o polo passivo para SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Nossa Senhora do Socorro/SE, 25 de junho de 2019.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Socorro**

Nº Processo 201988100087 - Número Único: 0000433-08.2019.8.25.0053

Autor: KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS

Réu: DPVAT SUPERVISAO ANALISE DE SINISTRO

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cumpra-se a decisão de fl. 150.

RETIFIQUE-SE o polo passivo para **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Nossa Senhora do Socorro/SE, 25 de junho de 2019.

k



Documento assinado eletronicamente por **CAMILO CHIANCA DE OLIVEIRA AZEVEDO, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Socorro**, em 25/06/2019, às 11:05:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001560742-49**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

25/06/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que retifiquei o polo passivo, fazendo constar, no S C P - Virtual, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

25/06/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que não foi possível agendar a perícia, tendo em vista que não há data disponível para o exercício de 2019.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

25/06/2019

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Oficiar a Gerência de Perícias para obter informações quanto a indisponibilidade de data para agendamento de perícia, conforme certificado.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

27/06/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que foi expedido o ofício 201988102431 à Gerência de Perícias, conforme Ato Ordinatório do dia 25/06/2019.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

27/06/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 201988102431 do tipo OFÍCIO DE (assinante escrivão) [TM3000,MD2026]

{Destinatário(a): Gerência de Perícia}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
2ª Vara Cível de Socorro
R. Manoel Passos, Fórum Arthur Oscar de O. Deda
Bairro - Centro Cidade - N. Sra. do Socorro
Cep - 49160000 Telefone - (79)3279-1001

Normal



201988102431

PROCESSO: 201988100087 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000433-08.2019.8.25.0053
NATUREZA: Procedimento Comum
REQUERENTE: KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Prezado(a) Senhor(a),

Através do presente, () DETERMINO ou () SOLICITO que seja cumprida a finalidade abaixo transcrita:

Finalidade: Venho solicita informações acerca da indisponibilidade de data para agendamento de perícia nos autos supra, conforme certificado: (Certifico que não foi possível agendar a perícia, tendo em vista que não há data disponível para o exercício de 2019.)

Na resposta ao presente, favor mencionar o número deste processo.

Atenciosamente,

D e s t i n a t á r i o

Nome:	Gerência	de	Perícia
Endereço:	Av. Pres.	Tancredo	Neves, S/N
Bairro:			Capucho
Cidade:	Aracaju	-	SE
CEP:	49080901		

[TM3000, MD2026]



Documento assinado eletronicamente por **Maria Sílvia Lima Simões Vieira, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 2ª Vara Cível de Socorro**, em 27/06/2019, às 12:39:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001590552-41**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

30/07/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Aguardando resposta ao expediente 201988102431.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

29/08/2019

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Perícia agendada para o dia 19/09/2019 de 07:00 às 10:00 hs para o Perito Paulo Cândido de Lima Junior - DPVAT.
Endereço: Av. Gonçalo Prado Rollembergue, 460, Prontoclínica, São José, Aracaju-SE.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

29/08/2019

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intimar as partes para ciência das informações retro.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

24/09/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Aguardando prazo do Perito.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

27/11/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Solicitação de Informação ao Juízo da Perícia de especialidade Ortopedia (Somente DPVAT). Solicitação liberação alvará do perito {Movimento Gerado pelo Módulo de Perícia}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

PROCESSO: 201988100087

Ao Sr. Dr. Juiz de Direito,

De acordo com o convênio 14/2018 entre O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE, e a SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRSIO DO SEGURO DPVAT, solicito a liberação dos alvarás descrito CLÁUSULA TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DOS CONVENIENTES DOS COMPROMISSOS DOS PARTICÍPIES.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO - As perícias realizadas serão pagas pela SEGURADORA LÍDER a um valor fixo de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por perícia médica judicial presencial no curso normal do processo e R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para perícia médica judicial presencial realizada em pautas concentradas de perícias com possibilidade ou não de conciliação, independente de seu resultado (constatação ou não de invalidez permanente da vítima periciada).

2.1 - A Seguradora Líder deverá ser intimada após a realização da perícia médica judicial presencial para efetuar O pagamento em até 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da intimação, para as perícias médicas judiciais presenciais realizadas no curso normal do processo ou a contar da data do recebimento do Ofício original, a ser expedido pelo Juízo competente se for essa à modalidade escolhida pelo mesmo, para as perícias médicas judiciais presenciais realizadas nas pautas concentradas de perícias com possibilidade ou não de conciliação.

Solicito a liberação do valor do Alvará referente ao honorário médico na realização da perícia médica e confecção do laudo pericial. CPF: 088.750.517-12. A ser depositado na conta abaixo:

Nome	Paulo Candido de Lima Junior		
Banco: Brasil	Conta Corrente	Nº da Agência: 1603-9	Nº da Conta: 33710-2

Atenciosamente,

Paulo Candido de Lima Junior
CRM 3726
Médico Perito

Aracaju, 19 de novembro de 2019



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

27/11/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Perícia da especialidade Ortopedia (Somente DPVAT) concluída por Paulo Cândido de Lima Junior - DPVAT.
LAUDO {Movimento Realizado pelo do Módulo de Perícia}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

RELATÓRIO DE PERÍCIA MÉDICA

A perícia médica não tem por fim o julgamento de causa, mas sim o fornecimento de provas objetivas para que isso seja bem executado pelo magistrado.

PREÂMBULO

Em resposta a intimação do Excelentíssimo Sr. Juiz , para realização de exame no Sr. **KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS**, brasileira, residente e domiciliado na Rua A43, 40 – Nossa Senhora do Socorro-SE. **Processo 201988100087**

Perícia realizada no horário apazado, estando o periciando sem acompanhantes, sem assistente técnico das partes.

HISTÓRICO

Os dados abaixo relacionados representam uma síntese de todo o histórico médico de sinais e sintomas, antecedentes, e fatos de interesse para esta perícia, baseado em relato espontâneo do periciando ou interrogação e constatação pelo exame do perito.

HISTÓRIA

A requerente refere acidente de motocicleta em maio de 2018, sofrendo amputação traumática hálux do pé esquerdo.

EXAME FÍSICO GERAL E ESPECIALIZADO

GERAL

Periciando (a) com tipo constitucional normolineo, bom estado geral, bem trajado (a), consciente, contactuante, orientado (a) no tempo e no espaço, normocorado (a), hidratado (a), normotenso (a), eupneico (a). As características físicas exibidas são: compatíveis com o sexo, tipo étnico e idade.

ESPECIALIZADO

INSPEÇÃO

Geral

Marcha em atitude normal. Relação normal dos segmentos corporais. Trofismo muscular, simetria, forma e volume articular globalmente preservado. Ausência de máculas e tumorações.

Membros Superiores

Ombro e cotovelo sem deformidades, simétricos e tróficos. Ausência de deformidades em mãos (garra ulnar, botoeira, martelo).

Tronco

Implantação do cabelo normal, escoliose e gibosidades ausentes. Cifoses e lordoses dentro dos padrões da normalidade.

Membros Inferiores

Amputação hálux pé esquerdo.

PALPAÇÃO

Temperatura e textura cutânea dentro da normalidade; eminências ósseas, ventres musculares e tendões palpáveis com ausência de crepitação, sinais flogísticos ou sinais de ruptura; e tumorações ausentes em membros superiores, membros inferior e tronco.

GRAU DE MOBILIDADE

Membros Superiores

Ombro direito e esquerdo com boa mobilidade, Jobe e Neer negativos. Cotovelos (flexão, extensão, supinação e pronação); Punhos (flexão, extensão, desvio ulnar e radial); Metacarpofalangeanas e Interfalangeanas (flexão e extensão) com amplitudes de movimento simétricas e sem sinais aparentes de bloqueio articular.

Tronco

Coluna cervical e coluna toracolumbar (flexo-extensão, rotação e inclinação lateral), sem sinais de limitação da amplitude de movimento.

Membros Inferiores

Quadril (extensão, rotação interna, rotação externa, flexão, abdução e adução); Tibiotársica (dorsiflexão e flexão); Subtalar (inversão e eversão); Mediotársica (adução e abdução).

EXAME NEUROLÓGICO

Membros Superiores

Exame de sensibilidade: Sem sinais de déficits de sensibilidade referentes às raízes do plexo braquial; e aos nervos ulnar, mediano e radial. Ausência Sinal Hoffman.

Tronco

Exame de sensibilidade: Sem sinais de déficits de sensibilidade referentes aos dermatomos correspondentes a esta área corporal

Membros Inferiores

Exame de sensibilidade: Sem sinais de déficits de sensibilidade referentes às raízes do plexo lombossacro e cauda equina; e ao nervo safeno (L4), fibular superficial e profundo (L5) e sural (S1). Sinal de Lasegue ausente bilateral, reflexos normais.

Exame muscular: Quadril (flexores adutores, abdutores e extensores); Joelhos (extensores e flexores); Tornozelos e Pés (dorsiflexores, flexores plantares e fibulares) sem sinais aparentes de déficits de força.

EXAME VASCULAR

Membros superiores

Pulsos: apresentando pulso braquial, radial e ulnar presente, simétrico e de boa amplitude.

Sem edema ou sinais de estase venosa nos membros.

Membros Inferiores

Pulsos: apresentando pulso femoral, poplíteo, tibial posterior e do dorso do pé presentes, simétrico e de boa amplitude.

Sem presença de veias varicosas, edema ou sinais de estase venosa.

EXAMES SUBSIDIÁRIOS

Os exames aqui apresentados são os julgados de relevância para o caso, devidamente respaldados por seus executores, podendo ter sido solicitados por outro profissional da área ou por este perito.

DISCUSSÃO

O texto abaixo versará sobre o caso em questão, levando em conta os dados obtidos pela história clínica, exames subsidiários, e dados relevantes dos autos do periciando, acrescido da impressão e argumentação técnica do perito.

O diagnóstico do periciando é de **amputação traumática hálux do pé esquerdo (Cid: S98)**, podemos concluir que a mesmo apresenta invalidez parcial completa de 10%.

CONCLUSÃO

A conclusão aqui obtida foi fruto de um minucioso estudo do caso, acrescido da experiência e conhecimento do perito, baseado na boa prática e literatura médica vigente.

O diagnóstico do periciando é de **amputação traumática hálux do pé esquerdo (Cid: S98)**, podemos concluir que a mesmo apresenta invalidez parcial completa de 10%.

RESPOSTAS AOS QUESITOS RÉ:

- 1) Existe nexo. Permanente.
- 2) Sim.
- 3) Incapaz afirmar com certeza.
- 4) Já se esgotaram.
- 5) Incapaz.
- 6) Perda completa hálux. Invalidez parcial completa de 10%.
- 7) Valor correto: valor totalx10%.

RESPOSTAS AOS QUESITOS JUÍZO:

- 1) Sim.
- 2) Sim.
- 3) Hálux do pé esquerdo.
- 4) Parcial.
- 5) Completa. 10%.

RESPOSTAS AOS QUESITOS AUTORA:

- 1) Sim. Amputação traumática hálux do pé esquerdo (Cid: S98).
- 2) Definitivo.
- 3) Perda do hálux do pé esquerdo.
- 4) Perda do hálux do pé esquerdo.
- 5) Perda do hálux do pé esquerdo.
- 6) Invalidez parcial completa de 10%.

Paulo Candido de Lima Júnior
CREMESE 3726
Membro Titular da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia

BIBLIOGRAFIA

ALCÂNTARA, H. R. **Perícia Médica Judicial**. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

BARROS FILHO, T. E. P. **Exame físico em ortopedia**. São Paulo: Sarvier, 2001.

BUCHOLZ, R. W & HECKMAN, J. D. **Rockwood e Green: fraturas em adultos**. V. 1, 5ª ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2006.

CANALE, S. T. **Cirurgia Ortopédica de Campbell**. Revisão Científica Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT). Nascimento, F. G (trad.) v.III. 10ª ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2007.

CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA. Resolução CFM nº 1246/88 de 08 de janeiro de 1988.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Lei nº 5869 de 11 de janeiro de 1973.

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. Lei nº 2848 de 07 de dezembro de 1940.

THOMPSON, J. C. **Atlas de anatomia ortopédica de Netter**. Terezinha Oppido (trad.). Porto Alegre: Artmed, 2004.

HEBERT, S & XAVIER R. et al. **Ortopedia e Traumatologia: princípios e prática**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

HOPPENFELD, S. & BOER, P. **Vias de Acesso em Cirurgia Ortopédica**. 2ª ed. Editora: Manole, 2001.

LOVELL & WINTER. **Ortopedia Pediátrica**. Morrissy, R. & Weinstein, S. L. (org.) Barueri, São Paulo: Manole, 2005.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

28/11/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: HEITOR SANTANA DA SILVA - 7137}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE.**

Processo autuado sob o nº. 201988100087

KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por meio de seu advogado que está subscreve, vem, mui, respeitosamente, perante Vossa Excelência, tendo em vista o laudo pericial juntado aos autos, requerer o andamento do feito e, conseqüentemente, o julgamento do processo.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 28 de novembro de 2019.

Bel. Heitor Santana da Silva

OAB/SE 7137

Reis & Silva
advogados associados



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

18/12/2019

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Ante a apresentação do laudo pericial, anexado aos autos em 27/11/2019, intinem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 15 (quinze) dias.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100087

DATA:

07/01/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: HEITOR SANTANA DA SILVA - 7137}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE.**

Processo autuado sob o nº. 201988100087

KETILLY MYLENA CALDAS FREITAS, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por meio de seu advogado que está subscreve, vem, mui, respeitosamente, perante Vossa Excelência, tendo em vista o laudo pericial juntado aos autos, requerer o andamento do feito e, conseqüentemente, o julgamento do processo.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 28 de novembro de 2019.

Bel. Heitor Santana da Silva

OAB/SE 7137

Reis & Silva
advogados associados